

## Quem disse ?

«O social, para Cavaco e seus discípulos, é sinónimo de despesismo»

**Manuel Alegre**  
Expresso, 26 de Fevereiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1054 2 MARÇO 2000 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## PS espera oposição credível

### PSD instável e negativista

O líder parlamentar do PS, Francisco Assis, lamentou domingo, durante a sessão de encerramento do congresso do PSD, que Durão Barroso tenha voltado a optar por um estilo de discurso político «negativista, nada de novo trazendo à vida política nacional».

«Em relação ao Governo e ao Partido Socialista, Durão Barroso fez um discurso puramente negativista», comentou Francisco Assis, referindo ainda que «o grau de radicalismo discursivo, neste tipo de situações, é inversamente proporcional ao grau de solidez das lideranças». O presidente do Grupo Parlamentar introduziu ainda uma nota de compreensão face à intervenção de encerramento do reeleito presidente do PSD, já que foi «produzido num contexto muito particular». O congresso foi para Durão Barroso «um momento muito difícil. Foi um congresso em que se discutiu muito o partido e em que se discutiu pouco Portugal», frisou.

«O que nós socialistas desejamos é que o PSD se estabilize, que o seu líder consiga um mínimo de credibilidade e que exerça com maior eficácia as funções de maior partido da oposição», acrescentou o presidente do Grupo Parlamentar do PS. No entanto, para Francisco Assis, Durão Barroso persiste na atitude de fazer uma série de críticas ao Governo, «mas nunca é capaz de enunciar qualquer proposta alternativa em qualquer domínio importante para a vida do País».

A mesma posição foi assumida pela Comissão Permanente do PS, durante a sua reunião de terça-feira. O dirigente e líder do PS/Viseu, o camarada José Junqueiro, disse esperar sentidamente que o PSD ultrapasse o actual clima de instabilidade, de forma a ser possível formar parcerias a bem de Portugal e dos interesses dos portugueses. Porém, as palavras de Durão Barroso «continuam a revelar uma total incapacidade do maior partido da oposição em falar de Portugal e dos portugueses».

Também o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, o camarada Fausto Correia, lembrou que a maioria das críticas que ouviram no congresso do PSD não se dirigiu ao PS, ou ao seu Governo. As críticas, observou Fausto Correia, foram sobretudo trocadas entre dirigentes do PSD.

## Primeiro-ministro na Conferência Euro-Mediterrânica

# Guterres apela à união contra regimes irracionais

António Guterres apelou à união de todos os países democráticos contra regimes irracionais, que geram comportamentos políticos como o nacionalismo exacerbado, o populismo, o racismo e a xenofobia. Discursando perante a Conferência Euro-Mediterrânica para o Investimento, que decorreu em Lisboa, o primeiro-ministro criticou duramente aqueles que colocam em causa a paz, a segurança e o desenvolvimento. Mas o chefe do Governo e presidente em exercício do Conselho Europeu também se manifestou prudente sobre o pedido de demissão de Joerg Haider do partido de extrema-direita austríaco que tem liderado nos últimos 15 anos.

## Sociedade & País

### Cheias em Moçambique Governo português solidário disponibiliza apoio



O Governo português manifestou solidariedade ao Executivo moçambicano, disponibilizando todo o seu apoio, quer ao nível nacional, quer enquanto presidência da União Europeia (UE), numa missiva enviada terça-feira, dia 29, pelo chefe da diplomacia portuguesa, Jaime Gama.

## Sociedade & País

### Investimentos públicos Elisa Ferreira quer «rigor e contenção»



A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, reiterou, terça-feira, dia 29, em Coimbra, a necessidade de nos próximos anos se viver um «clima de rigor e contenção» em relação à despesa pública, de forma a não prejudicar o desenvolvimento do País.



## Uma Justiça mais célere

Uma das preocupações centrais do actual Executivo na área da Justiça prende-se com a sua rapidez e eficiência. Para o Governo, a Justiça deve estar ao serviço da cidadania e do desenvolvimento, por isso mais próxima e acessível a todos os cidadãos, com estruturas mais flexíveis, mais modernas e sobretudo mais adequada, às novas realidades sociais e económicas. Estes objectivos estão a ser prosseguidos com permanente mobilização e participação activa dos diferentes operadores judiciários, através de um conjunto diversificado de medidas tendentes a modernizar o próprio sistema jurídico e judiciário e da promoção do acesso à Justiça e ao Direito em condições de igualdade e de celeridade.

Mas a reforma da Justiça e o aperfeiçoamento das instituições judiciárias exigem um acordo político muito amplo, por forma a ultrapassar todos os factores de enquistamento, como as querelas sobre a distribuição de responsabilidades e poderes entre os diferentes operadores judiciários, de modo a que se reforce as condições de imposição da legalidade num curto espaço de tempo, racionalizando a estrutura processual e eliminando certos excessos garantísticos que redundam na lentidão desproporcionada e que afecta todos os cidadãos.

Este acordo político é fundamental e representa um dos aspectos prioritários em matéria de Justiça, do PS e da Nova Maioria para a presente legislatura.

O novo mapa judiciário do País, aprovado na anterior legislatura e actualmente em fase conclusiva de implementação, representa mais um contributo importante para a modernização do aparelho judiciário, que todos desejamos. Mas o aumento exponencial de processos ocorrido nos últimos anos tem levantado um conjunto de novos problemas ao normal funcionamento dos tribunais. Há por isso que introduzir, sobretudo em processos mais simples, formas alternativas que aliviem os tribunais da excessiva carga burocrática que conduz aos, sobejamente conhecidos, atrasos sistemáticos. E, é precisamente isto que o actual ministro da Justiça, António Costa, tem vindo a fazer. O pacote de mais 11 propostas apresentadas ontem por António Costa, tendentes a revolucionar os procedimentos dos tribunais cíveis e penais, são mais um exemplo paradigmático da importância que esta matéria se reveste para o Executivo socialista.



## O MODELO SOCIALISTA DE ECONOMIA MISTA

A moção de censura apresentada pelo PS na Assembleia da República ao Governo da AD (coligação PSD/CDS/PPM e reformadores-dissidentes da ala direita do PS) dominava a edição de 4 de Março de 1982 do órgão oficial do PS. Destaque na cobertura da moção de censura à intervenção do camarada Mário Soares, então secretário-geral do PS.

Na intervenção efectuada no hemiciclo de São Bento o camarada Mário Soares criticou a política económica, social e laboral do Governo da AD, tendo salientado, entre outros aspectos, o agravamento das condições de vida dos portugueses e o aumento da injustiça social.

«O PS, em uníssono com milhões e portugueses, descontentes, desiludidos, indignados, considera que este Governo (AD) está cego para as realidades nacionais», afirmava o líder do PS, acrescentando que o Governo de centro-direita da AD «não tem política nem projecto, procura apenas durar» **J.C.C.B.**

4 de Março

Quem disse?

«O nosso modelo económico é de economia mista e Portugal é um país com uma tradição histórica de forte intervenção estatal»

**Mário Soares**



## Timor-Leste: Sampaio saúda visita de Presidente indonésio

O Presidente da República, Jorge Sampaio, saudou no dia 28, a visita do chefe de Estado indonésio, Abdurrahman Wahid, a Timor-Leste na passada terça-feira, afirmando que se trata de um acto de «grande significado». Falando à margem de uma visita à Direcção-Geral de Faróis, em Paço de Arcos, Sampaio destacou o «simbolismo» da visita de Wahid, Presidente

«democraticamente eleito», no contexto da reabertura das relações diplomáticas com a Indonésia.

Apesar de Wahid só estar três horas em Timor, Jorge Sampaio considera o acto muito significativo para o futuro do território, «nem que fosse um minuto apenas». Depois do regime indonésio «ter feito o que fez», a visita do seu Presidente revela que o país quer «iniciar uma nova página», acrescentou.

## Parlamento: Alegre acusa RTP de secundarizar hino nacional

O camarada Manuel Alegre exigiu, no dia 28, explicações sobre os motivos que levaram a RTP a transmitir publicidade no preciso momento em que se cantava o hino nacional no recente jogo de futebol entre a Bélgica e Portugal.

Em requerimento que apresentou na Assembleia da República Parlamento na qualidade de vice-presidente do Parlamento, o deputado socialista questiona por que motivo a RTP, na transmissão de desafios internacionais, em que participa a selecção portuguesa de futebol, sobreposição frequentemente interesses publicitários ao

direito dos telespectadores assistirem à audição do hino nacional.

Segundo Alegre, a RTP, na transmissão do desafio de futebol entre Portugal e a Bélgica, realizado no passado dia 23 de Fevereiro, privou os telespectadores do hino nacional, cantado por milhares de emigrantes presentes do estádio.

«Infelizmente, não é a primeira vez que tal acontece e adopta essa atitude ao arrepio do estatuto de serviço público, contra o natural interesse dos telespectadores e com manifesto desrespeito pelo hino nacional», disse.

## Presidência da República: promulgada reprivatização da TAP

O Presidente da República, Jorge Sampaio, promulgou, no dia 25 de Fevereiro, o diploma que altera o processo de reprivatização indirecta do capital social da TAP.

O diploma abrange também a reestruturação da transportadora aérea nacional, em que parte do seu capital social vai ser adquirido pela Swissair.

Em relação aos pedidos de não

promulgação do diploma feitos pelos trabalhadores da TAP, o assessor de Imprensa do Presidente da República, António Manuel, afirmou que Jorge Sampaio está à margem do assunto.

O chefe de Estado entende que as decisões e opções estratégicas relativas ao futuro da TAP são de competência governamental, referiu António Manuel.

## Realojamento nos Açores representa investimento de 11,7 milhões

O secretário regional da Habitação dos Açores, José Contente, anunciou em Ponta Delgada que o realojamento total das famílias carenciadas dos Açores, com a construção de 1.032 novas habitações, representa um investimento de 11,7 milhões de contos (58,5 milhões de euros).

José Contente, que falava numa conferência de Imprensa conjunta com a secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, salientou que, do total a investir em S. Miguel e Terceira, 6,5 milhões de contos (32,5 milhões de euros) representam verbas regionais, enquanto os restantes 5,2 milhões (26 milhões de euros) são da

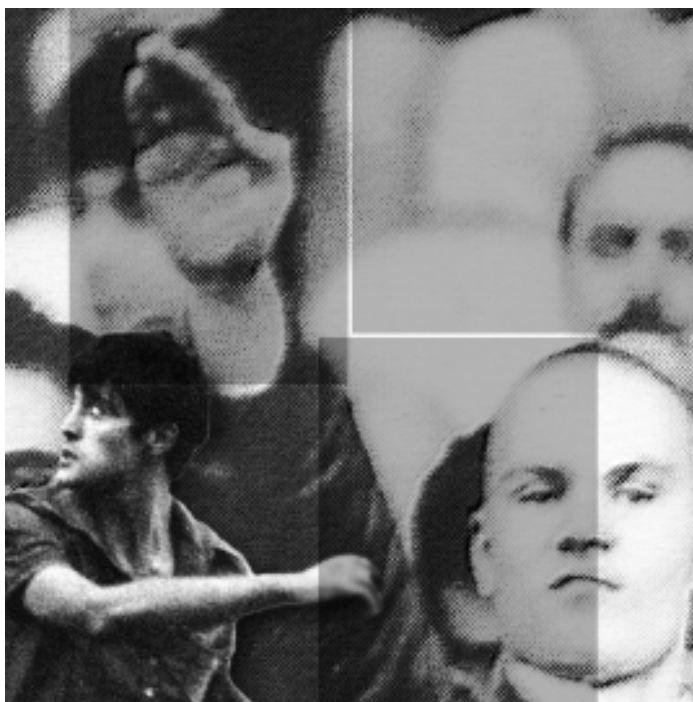
responsabilidade do Governo da República.

Leonor Coutinho salientou, por seu lado, que a resolução do problema da habitação no país passa pela colaboração do Governo com as autarquias, num processo em que ambas as partes «têm de dar as mãos». A melhoria das condições de habitação em Portugal só será uma realidade se as autarquias contribuírem «com a sua parte de esforço técnico e financeiro», referiu. A secretária de Estado garantiu, ainda, que todas as câmaras municipais de Portugal que estão a desenvolver programas de realojamento foram apoiadas pelo Governo.

## GUTERRES APELA À UNIÃO CONTRA REGIMES IRRACIONAIS

**António Guterres apelou à união de todos os países democráticos contra regimes irracionais, que geram comportamentos políticos como o nacionalismo exacerbado, o populismo, o racismo e a xenofobia. Discursando perante a Conferência Euro-Mediterrânica para o Investimento, que decorreu em Lisboa, o primeiro-ministro criticou duramente aqueles que colocam em causa a paz, a segurança e o desenvolvimento. Mas o chefe do Governo e presidente em exercício do Conselho Europeu também se manifestou prudente sobre o pedido de demissão de Joerg Haider do partido de extrema-direita austríaco que tem liderado nos últimos 15 anos. Guterres lembrou que a questão com o Governo de Viena não é de pessoas, mas da natureza de um dos seus principais partidos. Sobre Timor-Leste, o primeiro-ministro lembrou que ainda há dois ou três anos ninguém imaginaria um presidente indonésio a pedir desculpas aos timorenses.**

O primeiro-ministro defendeu terça-feira, durante a cerimónia de abertura da Conferência Euro-Mediterrânica sobre o Investimento, a união de todos os países democráticos contra a irracionalidade dos comportamentos políticos, que geram fenómenos como o nacionalismo exacerbado, o populismo, o racismo ou a xenofobia. No seu discurso, António Guterres sustentou ter carácter essencial que a Norte e a Sul do mediterrâneo se forme «uma aliança entre os que apostam na racionalidade dos comportamentos políticos». O objectivo desta aliança, explicou o chefe do Governo, é opor-se aos que «continuam a apostar em formas irracionais que põem em causa a paz, a segurança e o desenvolvimento». Tal como o ex-primeiro-ministro de Israel Shimon Peres havia feito pouco antes, durante a mesma conferência, o primeiro-ministro português defendeu também na sua intervenção novas formas de cooperação e de parceria a nível de investimentos entre os sectores público e privado com vista ao desenvolvimento da região mediterrânica. Entre outras propostas, António Guterres disse entender como favorável uma evolução no sentido de que venha a ser possível «transformar zonas de conflito em zonas de integração política, económica e social», designadamente em regiões como os balcãs ocidentais: o triângulo Grécia, Turquia e Médio Oriente. «A bacia do mediterrâneo foi o maior viveiro de



civilizações da História, mas, ao mesmo tempo, é o mar mais ensanguentado por guerras pelos séculos fora», recordou. Por essa razão, segundo António Guterres, faz todo o sentido que as pessoas presentes na conferência tenham como seu objectivo promover a paz, a estabilidade e a democracia na região, lembrando, contudo, que nada se consegue sem desenvolvimento económico. Na sua intervenção, o chefe do Governo e presidente em exercício do Conselho da União Europeia, apelou aos governos europeus, na defesa dos seus próprios interesses egoístas, reforcem a sua cooperação com os países do mediterrâneo, de forma a permitir que esta zona venha a ser «um espaço de segurança colectiva» e uma zona de comércio livre.

### Resposta à demissão de Haider

Na sessão de abertura da conferência, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, falou detalhadamente do calendário para os próximos meses sobre as relações entre a União Europeia e os países da bacia mediterrânica, considerando que o processo de parceria euro-mediterrânica

«está num momento alto». O ex-líder do Partido Trabalhista de Israel, Shimon Peres, outro dos participantes na conferência, disse que Portugal «é um exemplo para todos», citando o aumento de investimento estrangeiro ocorrido nos últimos anos no país. «Portugal era um país agrícola, mas evoluiu. Libertou-se das suas colónias e políticas beligerantes, e aproveitou as ajudas europeias para se dotar de infra-estruturas», acentuou ainda Shimon Peres, para quem «António Guterres pode orgulhar-se de todo este processo». Também na terça-feira, o presidente do Conselho Europeu em exercício comentou a demissão do político austríaco Joerg Haider da liderança do seu partido. Para António Guterres, contudo, «a questão essencial não é de uma personalidade, mas da natureza de um partido político que está no poder na Áustria». Neste momento, segundo o primeiro-ministro, «não há sequer dados suficientes para se saber qual é o verdadeiro significado e o verdadeiro objectivo desta operação política».

Por essa razão, acrescentou António Guterres, neste momento, a União Europeia «deverá manter a sua posição e aguardar para ver o que realmente se

passa» no xadrez político austríaco. Questionado se a demissão é um bom sinal por parte do Governo de Viena, António Guterres disse ser ainda muito cedo para se perceber exactamente quais são as intenções desta acção. «Todos nós conhecemos demissões que têm intenções diferentes. Fazer qualquer comentário neste momento é prematuro», realçou. No entanto, acrescentou, que a demissão de Joerg Haider «é a prova de que existia um problema e que a União Europeia tinha razão em levantá-lo».

A mesma posição de António Guterres, de resto, foi assumida por outros chefes de Governo e de Estado de países da União Europeia. Todos revelaram prudência quanto às reais consequências que poderá ter a demissão de Joerg Haider da liderança do seu partido de extrema-direita, já que muitos dos ministros próximos de si continuarão a fazer parte do Governo de Viena.

### Estabilidade na Indonésia essencial

Em outro comentário, o primeiro-ministro manifestou também a sua esperança de que o gesto do presidente indonésio Wahid de pedir perdão aos timorenses seja a «base a partir da qual se possa constituir um excelente relacionamento» entre o regime de Jacarta e Timor-Leste. Na terça-feira, o presidente da Indonésia, Abdurraman Wahid, durante uma visita de três horas a Timor-Leste, pediu desculpa aos timorenses pelo sofrimento por que passaram durante os 24 anos de ocupação do território pelas forças de Jacarta.

Em Lisboa, interrogado pelos jornalistas à saída da sessão de abertura da Conferência Euro-Mediterrânica sobre o Investimento, que decorreu na Feira Internacional (FIL), António Guterres disse que o pedido de perdão «é algo que não se imaginaria possível ainda há um ano ou dois». Para o primeiro-ministro, a existência de um bom relacionamento com a Indonésia «é da maior importância para que Timor-Leste possa ter prosperidade e segurança, visto que, com uma Indonésia que seja factor de instabilidade Timor terá as maiores dificuldades no futuro».

## PELO PAÍS

## Governança Aberta

## ADJUNTO

O Governo espera reduzir o esforço financeiro para a RTP de 35 para 22 milhões de contos nos próximos dois a três anos, afirmou, no dia 28, o ministro adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara.

O governante falava no Parlamento, perante os deputados da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre a criação da Portugal Global SGPS - uma *holding* que vai gerir a participação do Estado na RTP, RDP e Agência Lusa.

Vara reiterou que os objectivos que estão na base da decisão do Executivo, aprovada na última reunião de Conselho de Ministros, são «criar condições para diminuir o esforço financeiro público nesta área» e «afastar a eterna suspeita de ingerência do Estado nessas empresas de comunicação social». O ministro falou sobretudo da situação da RTP e justificou que a criação da *holding* «permitirá o saneamento financeiro da televisão pública» e, ao mesmo tempo, o «arranque da sua reestruturação através de um plano estratégico que já tem luz verde para avançar».

«A separação do serviço público da área de negócios vai introduzir mais racionalidade e vigor na empresa e, por outro lado, permitir a optimização de recursos», defendeu o ministro adjunto.

## ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, assegurou, no dia 29, em Bragança, que a retirada de 1,5 milhões de contos do orçamento da Comissão Nacional Especializada em Fogos Florestais não terá reflexos negativos nas acções de prevenção a incêndios.

Luis Patrão comentava assim as declarações feitas recentemente pelo coordenador nacional da Comissão Nacional Especializada em Fogos Florestais (CNEFF), Maia Costa, para quem a quantidade de acções na área da prevenção dos incêndios florestais poderia ser menor este ano, na sequência daquela retirada de verbas.

Segundo Maia Costa, esta diminuição no orçamento terá implicado um atraso nos pagamentos às entidades que localmente desenvolvem as diversas actividades.

O secretário de Estado garantiu que «as acções financiadas pela CNEFF não serão minimamente afectadas por falta de recursos».

«Não é relevante se a verba será ou não resposta», acrescentou.

Segundo precisou Luís Patrão, os 1,5 milhões de contos retirados do orçamento da CNEFF foram transferidos para pagamento dos meios aéreos utilizados no combate aos incêndios florestais durante 1999, e para os quais foi necessário um montante superior ao inicialmente previsto.

## CIÊNCIA

As novas tecnologias de informação e de comunicação (TIC) contêm na essência da sua origem mais democrática do que as sociedades que as enfrentam, considerou na passada quinta-feira, dia 24 de Fevereiro, o ministro da Ciência e da

Tecnologia, Mariano Gago.

O governante falava durante um seminário organizado pela central sindical UGT sob o tema Sociedade de Informação e Sociedade de Conhecimento.



Segundo Mariano Gago, as TIC podem ser um óptimo aliado na tarefa democrática, uma vez que na origem do seu aparecimento está o desejo do funcionamento de uma sociedade em rede e interligada.

«O problema de incorporação das TIC é que enfrentam uma sociedade que tende a manter as rotinas contra as quais as tecnologias foram criadas e desenvolvidas», acrescentou o ministro.

O seminário enquadra-se nos trabalhos preparatórios da UGT para o seu VIII Congresso, a realizar entre 5 e 7 de Maio. Segundo a UGT, a discussão da Sociedade de Informação e da Sociedade de Conhecimento é uma prioridade sindical. As consequências desta nova realidade são profundas na organização do trabalho e na melhoria da qualidade do emprego, provocando alterações, por exemplo, nos sistemas educativo e de formação ao longo da vida e na negociação colectiva.

Mariano Gago questionou as implicações das novas tecnologias no modelo de trabalho, uma vez que o trabalho corporativo à distância tende a ser generalizado, num funcionamento em rede.

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

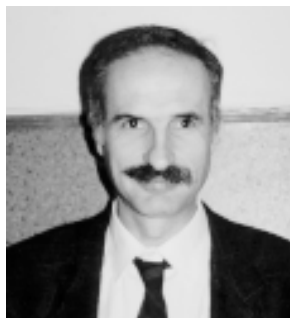
O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, considerou «muito difícil fazer baixar substancialmente» os custos da programação da RTP.

O governante intervinha, terça-feira, dia 29, em Coimbra, no encerramento do III Seminário Europeu de Jornalismo, Televisão e Serviço Público, organizado pelo Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Vigo (Galiza, Espanha). Para Arons de Carvalho, «não tem qualquer sentido uma polémica sobre uma opção entre qualidade e popularidade» no domínio televisivo.

«A RTP desempenha uma função indispensável de serviço público, sem prejuízo de podermos no concreto apontar, naturalmente, insuficiências na sua programação», referiu.

Na opinião do secretário de Estado, a RTP

1, «para continuar a ser o principal vector do serviço público de televisão, deve tentar fazer aquilo que é, sem dúvida, o mais complexo e exigente desafio que se lhe impõe».



Esse desafio consiste em «conciliar a indispensável qualidade da programação com a popularidade que justifique o esforço financeiro que é solicitado aos contribuintes e de sentido útil ao esforço da empresa e dos seus trabalhadores».

## CULTURA

O ministro da Cultura garantiu, no dia 25, no Porto, que «haverá financiamento para cobrir os claustros do Convento de São Bento da Vitória», para que a futura Orquestra Sinfónica do Porto tenha sala de ensaios.

Manuel Maria Carrilho considerou «imperativo encontrar uma solução» e frisou que apoia a alternativa de cobrir os claustros do Convento, de forma a que a orquestra, que vai aumentar o número dos seus músicos para 90, tornando-se em sinfónica, possa ter um espaço próprio para ensaio até que a Casa da Música esteja pronta.

A sala de ensaios presentemente utilizada na sede da orquestra, no Convento, não tem espaço para comportar uma orquestra sinfónica.

«Tive na semana passada uma reunião de urgência com a direcção da Orquestra e essa é uma hipótese a que dei a maior força», afirmou.

O ministro evitou pronunciar-se sobre se parte da verba poderia vir do orçamento do Porto 2001, afirmando apenas sobre esta questão que «não há nada que tenha deixado de se fazer no Porto por falta de financiamento».

«As soluções estão a ser estudadas», afirmou, reiterando que não faltará dinheiro para fazer a obra.

O titular da pasta da Cultura falava no final de uma visita à Livraria Lello & Irmão que é, desde sexta-feira, a primeira livraria portuguesa a ser individualmente classificada como «imóvel de interesse público». Outras livrarias já foram classificadas, mas foram-no por arrastamento, por estarem situadas em zonas classificadas como património.

## DESPORTO

O secretário de Estado do Desporto, Vasco Lynce, participou ontem, no Porto, numa

homenagem à selecção portuguesa de andebol, pela sua participação no Campeonato da Europa disputado na Croácia.

Promovida pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto (FCDEF-UP) a sessão solene visou homenagear atletas, treinadores e dirigentes que contribuíram para a «brilhante participação» (sétimo lugar) no Europeu Croácia-2000.

## EDUCAÇÃO

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, garantiu, sábado, em Lisboa, que as vagas para os cursos de Medicina vão «aumentar significativamente» já em 2000/2001, dada a capacidade das faculdades existentes.

«Temos neste momento em curso o levantamento da capacidade instalada das faculdades de Medicina e entendemos dever já para o ano 2000/2001 aumentar significativamente o *numerus clausus* em Medicina», afirmou Oliveira Martins, que encerrou, no dia 25, em Lisboa, o VI Fórum Euro-Latino Americano.

Questionado sobre uma proposta da Ordem dos Médicos que defende a diminuição da nota de acesso a Medicina para 16 valores e a realização de um teste a nível nacional «de tipo americano», divulgada pelo jornal Expresso, Oliveira Martins indicou que tal documento ainda terá de ser «devidamente analisado».

Sublinhando que para toda e qualquer proposta se terá sempre de garantir a consonância com a Lei de Bases do Sistema Educativo, o ministro da Educação expressou «dúvidas» quanto à concretização dos exames de acesso através de um teste de tipo americano.

## FORMAÇÃO

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade vai investir 9,5 milhões de contos na formação e inserção profissional de deficientes, afirmou, no dia 29, fonte governamental.



As acções vão abranger um total de 10 700 pessoas e serão desenvolvidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e por associações de apoio a deficientes.

Entre as acções a cargo do IEFP a fonte destacou o apoio a cerca de 3 200 pessoas através de um programa de inserção no

## PELO PAÍS

mercado de trabalho, orçado em 2,5 milhões de contos.

O secretário de Estado do Trabalho e Formação apresentou terça-feira o Programa Intercalar de Apoio à Formação e Inserção de Cidadãos com Deficiência, destinado a financiar o desenvolvimento de iniciativas até à entrada em vigor do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

«O apoio aos deficientes era feito através da intervenção Integrar», explicou à Paulo Pedroso, acrescentando que, por o terceiro QCA estar ainda a ser negociado em Bruxelas, foi necessário encontrar financiamento nacional, «dada a especial relevância social da medida».

O programa durará de Março a Setembro, formará um total de seis mil pessoas e custará cerca de cinco milhões de contos.

As associações podem apresentar já as suas candidaturas ao programa intercalar. Quanto ao Programa Integrar no âmbito do QCA III, o Ministério de Ferro Rodrigues vai também alterar os prazos de vigência e candidatura: as associações terão que fazer os seus pedidos até Setembro próximo para o período de Outubro deste ano a Dezembro de 2001.

## JUVENTUDE

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, revelou, quinta-feira, dia 24 de Fevereiro, na Batalha, que pretende incrementar uma rede de turismo juvenil, aumentando o número de pousadas de juventude em todo o País.



Miguel Fontes, que presidiu à cerimónia de entrega dos diplomas de fim de curso aos alunos da Escola Nacional de Artes e Ofícios, prometeu, em resposta a um pedido feito pelo presidente da Câmara local, que a Batalha será uma das candidatas a receber uma pousada da juventude.

O número de novas pousadas ainda não está definido, devido às negociações do III Quadro Comunitário de Apoio, com o governante a realçar a preocupação em encontrar critérios objectivos para escolher os locais.

Segundo este responsável, «quase todos os concelhos que ainda não têm uma pousada da juventude já manifestaram formalmente o desejo que a ter».

No que diz respeito ao pedido da Batalha, o secretário de Estado considerou que a vila «tem argumentos particularmente fortes para poder vir a ter uma pousada da juventude».

## Governação Aberta

Caso a Batalha seja contemplada com uma pousada, o local previsto para a sua instalação é um antigo hospital actualmente desactivado.

O presidente da Câmara, António Lucas mostrou-se confiante na atribuição da pousada à Batalha devido às condições que o concelho ostenta no plano do turismo e à ausência de outras pousadas nos concelhos limítrofes, à excepção de Leiria.

Miguel Fontes explicou que, ao nível do turismo, tem sido feito «um esforço no alargamento do turismo juvenil», que passa por criar «à volta das pousadas de juventude alguma animação turística, com ofertas de qualidade para contactar com a região onde a pousada está inserida».

## MODERNIZAÇÃO

Os secretários de Estado José Augusto Carvalho e Alexandre Rosa distinguiram, no passado dia 28, numa cerimónia realizada em Coimbra, o município de Águeda pela «eficiência do seu projecto» de modernização administrativa.



Além da atribuição do Prémio de Modernização Administrativa Municipal ao representante da Câmara de Águeda, pelos secretários de Estado da Administração Local e da Administração Pública, respectivamente, foram apresentados os «casos exemplares acreditados».

No âmbito de um concurso, que visa reconhecer a qualidade de projectos de modernização administrativa já implantados, foram seleccionadas as Câmaras de Abrantes, Águeda, Beja, Oeiras, Oliveira de Azeméis e Torres Vedras, bem como as associações de municípios do Alto Tâmega e do Distrito de Setúbal.

Os municípios e associações que promovam «casos exemplares» e celebrem protocolos de modernização administrativa têm direito a uma comparticipação de 60 por cento do custo total do projecto.

O Prémio de Modernização Administrativa, instituído pela Secretaria de Estado da Administração Local, visa fomentar a qualidade e o aperfeiçoamento do serviço prestado aos utentes dos serviços públicos locais.

Ao intervir no início da sessão, José Augusto Carvalho admitiu que «a Administração Pública nem sempre corresponde a esse desafio de mudança».

«Por vezes, há uma certa incapacidade dos serviços públicos se assumirem como

factores de desenvolvimento», acrescentou. O governante advertiu que «há hoje um novo conceito de cidadania» e que está ultrapassada «a imagem do homem da aldeia que se dirigia à "senhora Câmara" uma vez na vida, quando o rei fazia anos».

## PLANEAMENTO

O novo presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, João Vasco Ribeiro, tomou posse no dia 29 de Fevereiro, em Coimbra, numa cerimónia presidida pela ministra do Planeamento, Elisa Ferreira. Natural de Canas de Senhorim, onde nasceu há 51 anos, João Vasco Ribeiro sucede ao catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra José Reis, que tutela no Governo a Secretaria de Estado do

Ensino Superior.

Licenciado em Engenharia Electrónica pela Universidade do Porto, João Vasco Ribeiro realizou uma pós-graduação em Ciências da Computação na Universidade de Coimbra, instituição onde foi professor durante 11 anos.

Na Universidade de Coimbra, o novo presidente da CCRC desempenhou também vários cargos de gestão, tendo sido presidente do Conselho Directivo do Departamento de Engenharia Electrónica e integrado, durante seis anos, a direcção da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

No Ministério das Finanças tem vindo a desempenhar funções de subdirector geral da Direcção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros.

## CONSELHO DE MINISTROS

## Reunião de 24 de Fevereiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que cria a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos Portugal Global, SGPS, SA;
- Um decreto-lei que institui a protecção no desemprego dos docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos;
- Um diploma que regulamenta o decreto-lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional;
- Um decreto-lei que altera os códigos do IRS, IRC e IVA, reformulando as obrigações declarativas dos sujeitos passivos no sentido de separar a informação para liquidação da informação para controlo fiscal;
- Um decreto-lei que cria uma licença especial para o exercício de funções na Região Administrativa Especial da Macau (RAEM) por militares dos quadros permanentes no activo e na reserva;
- Um diploma que extingue o Gabinete de Macau, criado pelo decreto-lei n.º 347/80, de 3 de Setembro;
- Um decreto-lei que prevê um regime especial de aposentação para os trabalhadores do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 210/97, de 31 de Agosto, que define um regime específico de complemento de habilitações dos professores de habilitação suficiente vinculados ao Ministério da Educação;
- Um decreto-lei que densifica o poder regulamentar do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF) e prevê as contra-ordenações resultantes da inobservância do disposto nos regulamentos do INTF;
- Um decreto-lei que regula o transporte ferroviário de mercadorias perigosas;
- Um diploma que introduz modificações no decreto-lei n.º 77/97, de 5 de Maio, actual lei-quadro do transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e no Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE), aprovado pela portaria n.º 1196-C/97, de 24 de Novembro, e simultaneamente transpõe as correspondentes directivas comunitárias;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a legislação comunitária que reconhece zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos, introduzindo alterações ao decreto-lei n.º 14/99, de 12 de Janeiro;
- Um decreto-lei que procede à inclusão de duas substâncias activas no anexo I do decreto-lei n.º 94/98, de 15 de Abril, que adopta normas técnicas de execução referentes à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, transpondo as directivas comunitárias relativas a esta matéria;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a directiva comunitária que altera a legislação europeia relativa aos critérios de pureza específicos dos edulcorantes que podem ser utilizados nos géneros alimentícios;
- Um decreto que nomeia uma comissão administrativa, com funções executivas, para a freguesia da A-dos-Cunhados, no concelho de Torres Vedras;
- Um decreto que altera o n.º 3 do artigo 1º do decreto n.º 7/97, de 16 de Janeiro, que desactiva do Regime Florestal Parcial uma parcela de terreno com a área de 17,5 hectares situada no perímetro florestal das Dunas de Mira;
- Uma resolução que nomeia o Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- Uma resolução que extingue o Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema de Formação da Saúde;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização da cidade de Évora (terceira revisão).

## FACILITAR INSTALAÇÃO DE EMPRESAS

O primeiro-ministro, António Guterres, anunciou, no dia 25 de Fevereiro, em Torres Novas, o lançamento do Programa das Áreas de Localização Empresarial (ALE) destinado a combater a burocracia e facilitar a instalação de empresas.

O novo programa, que será dotado com 25 milhões de contos, insere-se no âmbito do Programa Operacional da Economia do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), estando porém ainda a ser negociado em Bruxelas.

António Guterres, acompanhado do ministro das Finanças e Economia, Pina Moura, deu a conhecer o projecto pouco depois de presidir à assinatura de protocolos para instalação no concelho de Torres Novas de 21 empresas, envolvendo investimentos de cerca de 25 milhões de contos e a criação de perto de mil novos postos de trabalho.

### Desburocratizar...

Quando já estão em funcionamento em vários pontos do país sete Centros de

Formalidades de Empresas para simplificar a burocracia referente à sua constituição, o Governo lança agora um programa para simplificar a instalação das empresas no terreno.

Conforme explicou o chefe do executivo socialista, o objectivo é que nas ALE, através de sistemas de parceria e envolvendo o dinamismo da iniciativa privada e das autarquias nas regiões, haja contratualização com uma sociedade gestora que venha a ser o único interlocutor dos empresários para o processo de licenciamento e de instalação das suas empresas.

Trata-se de «um processo que é complexo, que envolve muitas entidades, mas que passará a ser centralizado, o que implicará que o Estado se organize para que essas sociedades gestoras possam desempenhar com eficácia a sua missão», declarou.

Além disso, é necessário também «encontrar fórmulas de estímulo económico para que aquelas ALE se concretizem na prática, e daí que uma das linhas do Programa Operacional de Economia seja dotada com 25 milhões de contos para

apoiar a sua instalação».

Reiterando a ideia de que é necessário simplificar e desburocratizar, Guterres lembrou que «há muitas dificuldades que foram no passado criadas apenas com o objectivo de promover a compra de facilidades».

Segundo o Ministério da Economia, o Programa das ALE é uma nova fórmula dos parques industriais e dos parques de negócios, que vão ser instalados por todo o País.

### Novos empreendimentos

Numa sessão que teve lugar no terreiro do Castelo de Torres Novas, o primeiro-ministro tinha assistido pouco antes à assinatura dos protocolos para a instalação no concelho de 21 empresas envolvendo um investimento total de perto de 25 milhões de contos e a criação de cerca de 900 a mil postos de trabalho.

Uma das empresas, a Sociedade Lusa de Negócios, pretende construir um hotel de luxo no local da chamada Quinta do

Marquês e obriga-se a recuperar uma estrada romana nas imediações.

O empreendimento criará entre 300 e 350 postos de trabalho, envolvendo cerca de dez a 12 milhões de contos de investimentos.

A VEGIDATA, por seu turno, uma empresa de transformação e distribuição de produtos agrícolas e frutícolas, quer instalar na zona industrial de Riachos uma unidade que implica a criação de 200 a 300 postos de trabalho e investimentos de oito milhões de contos.

A ENVIROIL, por outro lado, quer instalar nas Cotoas uma unidade de produção de energia eléctrica a partir de óleos usados, que vai obrigar a um investimento de 2,5 milhões de contos e dar origem à criação de 20 a 25 postos de trabalho.

Na sessão que teve lugar no terreiro do castelo, e na qual estava acompanhado, entre outros, pelo ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, Guterres foi galardoado com a medalha de ouro da cidade de Torres Novas, por decisão unânime do executivo municipal.

## NOVA HOLDING PARA GERIR RTP, RDP E LUSA

O Executivo socialista deu luz verde para a criação de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos: a Portugal Global, SGPS, SA.

A decisão foi tomada na passada quinta-feira, dia 24 de Fevereiro, em Lisboa, durante a reunião do Conselho de Ministros.

O decreto-lei aprovado pelo Governo procede à constituição de uma *holding*, sob a forma de sociedade de gestão de participações sociais (SGPS).

O objectivo é integrar, sob forma empresarial, a gestão das participações detidas pelo Estado em empresas na área da comunicação social, sem prejuízo da participação em outras empresas, com capital total ou parcialmente público, que actuem na área do multimédia ou da comunicação *on-line*, através da associação, ou não, a actividades na área das telecomunicações.

A Portugal Global, SGPS, SA, terá como incumbência imediata a elaboração e coordenação de planos de reestruturação e de saneamento financeiro das empresas do sector que de tal necessitem, principalmente da RTP.

Cabe-lhe também a promoção, de forma coordenada, do máximo aproveitamento das sinergias do grupo e a definição e concretização de estratégias de actuação e de posicionamento no mercado em relação à actividade normal das empresas e ao respectivo desenvolvimento em termos futuros, quer no plano tecnológico quer em

relação às novas modalidades que essa actividade for assumindo.

A reestruturação da RTP e respectivo saneamento económico-financeiro, com autonomização de algumas das suas áreas funcionais, constituirá uma medida susceptível de lhe proporcionar maior rigor na imputação de custos e um desempenho mais ágil, até pela possibilidade de associação de outros capitais públicos ou privados nas áreas não ligadas aos diversos canais da empresa.

A intervenção em novas áreas de negócio que o mercado hoje negavelmente oferece, através do valor acrescentado que poderá criar, permitirá estabilizar o esforço financeiro do Estado com o sector da Comunicação Social em níveis orçamentalmente suportáveis, em virtude da canalização dos ganhos obtidos para o financiamento e crescimento em quantidade e qualidade dos níveis de serviço público politicamente definidos.

O capital social da Portugal Global é de 175 milhões de euros, encontrando-se integralmente realizado, uma parte em numerário, no montante de 748 197 euros, e, outra parte, no montante de 174 251 803 de euros, pela integração das participações sociais directamente detidas pelo Estado.

Os direitos do Estado como accionista da sociedade são exercidos conjuntamente pelo ministro das Finanças e pelo ministro que tiver a seu cargo a área da Comunicação Social, ou por quem estes designarem.

## PROTECÇÃO PARA DOCENTES DESEMPREGADOS

O Conselho de Ministros aprovou, na reunião do dia 24 de Fevereiro, realizada em Lisboa, um decreto-lei que institui a protecção no desemprego dos docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos.

Este diploma vem instituir a protecção social na eventualidade de desemprego aos docentes contratados por estabelecimentos de educação e ensino públicos, dando cumprimento ao Acordo de Concertação Estratégica celebrado com os parceiros sociais em 1996 e correspondendo a uma antiga e legítima expectativa dos professores.

Para efeitos do diploma, consideram-se docentes os indivíduos que preencham os requisitos de admissão a concurso de provimento e exerçam funções docentes no âmbito dos estabelecimentos de educação e ensino públicos, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (Estatuto da Carreira Docente).

Durante o período de concessão das prestações de desemprego, para além dos deveres previstos no regime de protecção do desemprego, os beneficiários, têm deveres perante o Ministério da Educação, nomeadamente a aceitação de emprego docente compatível com as suas habilitações, no âmbito do Centro de Área Educativa que abranja a sua residência; e a aceitação de formação profissional.

Em termos de prazos de garantia para

atribuição de subsídios, estipula-se que os beneficiários do subsídio de desemprego tenham desempenhado 540 dias de trabalho por conta de outrem, com o correspondente registo de remunerações, num período de 36 meses imediatamente anterior à data do desemprego;

A auferição do subsídio social de desemprego implicará uma prestação anterior de 180 dias de trabalho por conta de outrem, com o correspondente registo de remunerações, num período de 18 meses imediatamente anterior à data do desemprego.

Os docentes abrangidos por este diploma em situação de desemprego e que exerceram funções no ano lectivo de 1998/1999 e seguintes, podem requerer o pagamento retroactivo de contribuições para efeitos de verificação do prazo de garantia para o reconhecimento do direito às prestações de desemprego, devendo tal pagamento ser feito de uma só vez, através do estabelecimento de educação ou ensino que tenha processado o último vencimento. Este alargamento da protecção social aos professores contratados faz-se sem que para os beneficiários resulte qualquer encargo acrescido em termos contributivos, assumindo-se como uma medida de protecção social a inserir num conjunto mais amplo de garantia da estabilidade e melhoria das condições de trabalho dos educadores e professores vinculados ao Ministério da Educação.

SINTRA

Defesa

## MINISTROS DOS QUINZE ORGANIZAM CONFERÊNCIA GERADORA DE FORÇAS ATÉ DEZEMBRO

**A** realização até ao fim deste ano de uma Conferência Geradora de Forças Militares da União Europeia (UE) foi um dos pontos acordados em Sintra, pelos ministros da Defesa europeus.

O comunicado final da reunião informal – a segunda na história da UE – dos ministros da Defesa da União, indica que essa Conferência se insere nos trabalhos de constituição até 2003 de uma força militar de 50000 a 60000 homens (15 brigadas terrestres).

Os ministros vão comprometer-se também a nomear o mais rapidamente possível os seus representantes nacionais nas estruturas militares interinas da UE para que estas possam iniciar os seus trabalhos durante o próximo mês de Março.

Essas estruturas provisórias vão preparar os futuros Comité Militar (CM) e Estado Maior Militar Europeu (EMME) que, em conjunto com o Comité Político e de Segurança (CPS), vão dar à UE as orientações políticas e estratégicas necessárias à condução de operações humanitárias e de gestão de crises.



Segundo fonte diplomática da Presidência portuguesa da UE, no final do ano será feito um balanço sobre o modo de

funcionamento dessas estruturas e dos mecanismos de reflexão conjunta dos Quinze em matéria de defesa e segurança.

Além dos órgãos interinos da UE, as questões orçamentais e o modo de relacionamento entre a União, a União da Europa Ocidental (UEO – braço armado da União) e a NATO estão a ser também objecto de análise na reunião dos ministros da Defesa europeus em Sintra. Depois das palavras de abertura do ministro português, Júlio Castro Caldas, e da intervenção do Alto Representante da UE para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), Javier Solana, os governantes abordaram também a questão dos sistemas de controlo e comunicações das forças a constituir.

Esta área, a par das capacidades de transportes estratégico e de vigilância e reconhecimento do campo de batalha, é essencial para os líderes da União poderem liderar operações militares em que a NATO não deseje intervir.

Para além de saber de que forças próprias pode dispor a UE, os ministros têm de solidificar igualmente os mecanismos de transferência dos meios e capacidades militares da NATO a utilizar pela União.

BRUXELAS

Comissão Europeia refere

## PORTUGAL APLICOU BEM FUNDO DE COESÃO

**O Fundo de Coesão permitiu «reduzir consideravelmente» o défice público português nos últimos sete anos, de acordo com a avaliação divulgada no passado dia 28 de Fevereiro em Bruxelas pela Comissão Europeia.**

**O** «Balanço do período 1993-1999» do Fundo de Coesão salienta que «graças aos esforços conjuntos da União e dos Estados-membros beneficiários do Fundo (de Coesão), a Grécia, a Espanha e Portugal puderam reduzir consideravelmente o seu défice público» enquanto a Irlanda conseguiu mesmo passar a ter um excedente nas suas contas.

O documento revela que o défice público português passou de 6,1 por cento do PIB, em 1993, para 1,3 por cento, em 1999 (segundo a metodologia de contabilidade nacional SEC 95, ainda não utilizada pelo Ministério português das Finanças), em parte devido à acção do Fundo de Coesão. A Comissão Europeia garante que este fundo permitiu a países como Portugal

«manter um importante esforço de investimento público», respeitando ao mesmo tempo «os objectivos em matéria de redução dos défices orçamentais previstos pelos programas de convergência estabelecidos com vista à criação da União Económica e Monetária». Portugal recebeu, nos sete anos de vigência do Fundo de Coesão (93 a 99), cerca de 600 milhões de contos a título de Fundo de Coesão, o que corresponde a pouco mais de um sexto do total de apoios que o país obteve do orçamento comunitário.

Segundo os dados da Comissão Europeia para Portugal, as ajudas na área dos transportes totalizaram cerca de 290 milhões de contos (48 por cento do total) e na do ambiente cerca de 312 milhões de contos (52 por cento).

No que respeita aos transportes, a preocupação principal foi a de assegurar «uma inserção adequada na rede trans-europeia e reforçar, tendo em conta a situação periférica do país, a eficiência do seu sistema de transportes».

Esta estratégia permitiu a conclusão do eixo Lisboa/La Corunha e Lisboa/Madrid assim com a aceleração do eixo Lisboa/

Valladolid, para além de intervenções importantes «na eliminação de congestionamentos sérios nas zonas urbanas».

Quanto ao ambiente, o documento da Comissão Europeia salienta que «a estratégia do Fundo de Coesão em Portugal foi caracterizada desde 1994 por uma concentração nos projectos de infra-estruturas em áreas como o aprovisionamento em água potável, tratamento de águas usadas (poluição industrial) e gestão dos lixos sólidos urbanos».

Bruxelas considera que em termos de ambiente foram produzidos resultados mais rapidamente do que se previa inicialmente.

A população com água potável passou de 77 por cento em 1994 para 90 por cento em 1999, a população servida por sistema de esgotos de 21 para 70 por cento e por recolha de lixo urbano de 42 para 94 por cento.

No último ano de vigência do fundo, 1999, foram concedidos a Portugal 110 milhões de contos, dos quais 41 por cento para a área dos transportes e 59 para projectos ambientais.

Os quatro «países da coesão» (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) beneficiaram de um total de 3,340 milhões de contos.

O Fundo de Coesão foi criado pela União Europeia em 1993 afim de ajudar os Estados-membros menos prósperos a restaurar um orçamento equilibrado, necessário para o lançamento do Euro.

Este apoio incidiu no financiamento de projectos de infra-estruturas no domínio dos transportes, que contribuem para a realização das redes trans-europeias, bem como de projectos no domínio do ambiente, que permitem a estes países progressos em direcção aos objectivos previstos pela política ambiental da União Europeia.

A Comissão defende que «praticou no período 1993-1999 uma repartição equilibrada das contribuições concedidas no domínio do ambiente (50,3 por cento) e no das infra-estruturas de transporte (49,7 por cento)». Um dos critérios para um país entrar na zona euro é exactamente ter um défice público inferior a três por cento do seu PIB (produto interno bruto).

A Grécia foi o único país da coesão que não estava preparado no início de 1999 para entrar no euro.

## COMÉRCIO MUNDIAL COMO IMPULSIONADOR DO DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO

O camarada António José Seguro, eurodeputado socialista, numa intervenção efectuada no dia 15 na sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), abordou o tema da Organização Mundial do Comércio (OMC), campo em que, afirmou, «existe, entre os documentos da Comissão e as posições do Grupo Socialista, uma identidade de pontos de vista, o que não acontece noutros sectores».

Há uma identidade de pontos de vista porque, salientou António José Seguro: «Nós somos a favor das trocas comerciais a nível mundial, mas somos a favor dessas trocas sendo, sobretudo, a favor da criação de normas comuns, de regras comuns que possam regular esse comércio mundial em torno de um objectivo: que esse comércio sirva o desenvolvimento e, sobretudo, um desenvolvimento harmonioso em que os valores da cidadania não sejam apenas exclusivo das regiões mais dinâmicas e mais competitivas do mundo».

### Fosso entre países ricos e pobres

Por outro lado, frisou, «o que é que verificamos no campo dos princípios com esta constatação? É que, ao nível da Organização Mundial do Comércio, esta regulação e estas normas têm conduzido



a um aumento do volume de trocas comerciais, ou seja a um aumento da riqueza, mas, quando verificamos os índices da distribuição dessa riqueza, constatamos infelizmente que o fosso que separa os blocos e os países mais ricos do mundo continua a aumentar em relação aos países mais pobres e menos

desenvolvidos do mundo».

E daí que, na opinião do eurodeputado socialista, seja legítimo e imperioso questionarmo-nos sobre «de que servem as actuais normas comuns, as actuais regras comuns? De que serve a actual negociação, tal como é feita, e o actual funcionamento da Organização Mundial do

Comércio se faz aumentar, por um lado, as trocas comerciais, mas se é geradora de disfunções e sobretudo faz dilatar esse fosso entre os países ricos e os países pobres?»

Por isso, recordou, «dissemos que éramos a favor da estratégia que a Comissão aqui enunciou para as negociações de Seattle e seguintes».

E, sobretudo, adiantou, «estamos a favor desta visão estratégica, mas é preciso coragem e ousadia».

Por um lado, «ser exigentes em incorporar os direitos sociais, os direitos ambientais e a protecção dos consumidores naquilo que são as negociações imediatas».

Mas, sobretudo, acrescentou, «ter uma visão ambiciosa e corajosa a longo prazo no sentido da reforma, não só da OMC mas também da OIT, das Nações Unidas e, sobretudo, das instituições financeiras, designadamente o FMI e o Banco Mundial».

Para o eurodeputado socialista, «é preciso ter coragem e não olhar para a globalização parcialmente, mas ter coragem de a ver num plano mais global para que de facto a riqueza não sirva apenas para os países e para os blocos mais desenvolvidos, mas para que haja uma evolução e um desenvolvimento harmonioso em todas as regiões do mundo».

J. C. CASTELO BRANCO

## PINA MOURA EM DEFESA DOS VALORES DEMOCRÁTICOS CONTRA A INTOLERÂNCIA

O ministro da Economia e Finanças, Pina Moura, destacou no dia 28 de Fevereiro a defesa dos valores democráticos e a luta contra «todo o tipo de intolerância, discriminação e exclusão» levada a cabo pela União Europeia (UE).

As afirmações do ministro foram feitas no início do Conselho de Ministros da Economia e Finanças (Ecofin) da UE, que decorreu em Bruxelas, a propósito da presença do novo titular das Finanças austríaco, Karl-Heinz Gasser, que pertence ao Partido da Liberdade (extrema-direita), de Joerg Haider.

«Temos hoje pela primeira vez connosco o novo ministro das Finanças da Áustria. Esta situação leva-me a enfatizar que a UE é um espaço de democracia e liberdade, onde se afirma o primado da luta contra todo o tipo de intolerância, discriminação e exclusão», salientou o ministro português e presidente em exercício do Ecofin. Pina Moura frisou que com a mensagem



de «determinação na defesa dos valores democráticos identificadores da nossa UE e de afirmação de confiança no seu futuro» pretendeu sublinhar a primeira presença de Karl Heinz Gasser.

A mensagem do presidente em exercício do Ecofin já era esperada, dado que a

chegada ao edifício do Conselho de Ministros, Pina Moura já tinha adiantado aos jornalistas que iria assinalar a estreia do seu colega austríaco.

O desagrado perante a presença do ministro austríaco foi assinalada igualmente pelo seu colega francês, que ostentava ao peito um autocolante utilizado nas manifestações recentemente ocorridas na Áustria conta a participação do partido de Haider no Governo de Viena.

Numa breve referência às críticas ao Governo que o líder reeleito do PSD, Durão Barroso, fez domingo em Viseu, Pina Moura apenas disse que esse é o estilo específico do líder do principal partido da oposição.

O Ecofin irá discutir os temas e prioridades que, na perspectiva dos titulares das Finanças dos Quinze, deverão ser abordados na cimeira extraordinária de Lisboa sobre o emprego, reformas económicas e coesão social, que decorre a 23 e 24 de Março.

Nesta discussão, os ministros contarão com a ajuda do Comité Económico e Financeiro, do Comité de Política Económica e do Banco Europeu de Investimentos (BEI), cujo presidente, o belga Philippe Maystadt, estará presente na reunião.

A avaliação dos programas de estabilidade da Bélgica, Espanha, Alemanha e Itália, bem como dos programas de convergência do Reino Unido e Dinamarca é outro dos temas em agenda no Ecofin, que debaterá ainda as grandes linhas da política económica para este ano.

Os ministros ouvirão ainda uma comunicação da Comissão Europeia sobre o funcionamento dos mercados de bens e de capitais e terão oportunidade de escutar o comissário dos Assuntos Económicos e Financeiros, Pedro Solbes Mira, que lhes dará conta do que pensa ser necessário aplicar nas derradeiras fases da instalação da União Económica e Monetária (UEM).



## ELISA FERREIRA QUER «RIGOR E CONTENÇÃO»

**A** ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, reiterou, terça-feira, dia 29, em Coimbra, a necessidade de nos próximos anos se viver um «clima de rigor e contenção» em relação à despesa pública, de forma a não prejudicar o desenvolvimento do País. Durante a cerimónia de tomada de posse do novo presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), João Vasco Ribeiro, a governante sublinhou que a preocupação de conter despesas terá de imperar nas obras e investimentos apoiados financeiramente por verbas comunitárias e - «talvez até sobretudo» - nos investimentos financiados nacionalmente, «ou seja, através dos impostos dos portugueses».

No parecer da ministra, «há que ser particularmente criterioso na selecção dos investimentos públicos», seja em relação à avaliação do seu contributo para os objectivos definidos e da sua capacidade de sobreviver em termos económicos e



financeiros, ou ao rigor com que calendários e orçamentos são cumpridos. Dirigindo-se a João Vasco Ribeiro, realçou que «quer os organismos centrais do

Ministério do Planeamento, quer as CCR, terão de se reforçar e articular de forma a garantir que este objectivo vital para o País é atingido».

Segundo Elisa Ferreira, «o fluxo anual gerado pelo III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) é o maior até hoje atribuído a Portugal e estende-se por um período superior a qualquer outro (sete anos)», tendo as verbas «uma forte afectação espacial», uma vez que «43 por cento do apoio está referenciado regionalmente». Paralelamente, os sectores comprometem-se a investir montantes significativos das suas políticas em intervenções regionalmente desconcentradas, o que leva a titular da pasta do Planeamento a afirmar que «o grau de exigência na gestão financeira é o maior com que Portugal até hoje se confrontou».

João Vasco Ribeiro aludiu durante o seu discurso de tomada de posse aos atrasos estruturais que Portugal apresenta em relação à média dos Estados-membros da

União Europeia, nomeadamente a fraca produtividade, o baixo nível médio de habilitações e qualificações e o facto de o investimento nacional na investigação e desenvolvimento corresponder a metade do da União Europeia.

«É, portanto, imperativo que a oportunidade resultante do novo QCA seja aproveitada para reduzir os atrasos estruturais, tornando-se um desafio colectivo apurar os projectos estruturantes», referiu o novo presidente da CCRC.

À semelhança de Elisa Ferreira, João Vasco Ribeiro considera que o aumento significativo de investimentos regionais previsto no III QCA «obriga a uma exigência acrescida na gestão e controlo dos fundos», sendo que, na Região Centro os investimentos geridos a nível regional totalizam 1,8 mil milhões de contos (585 milhões para a Intervenção Operacional Regional do Centro e 1,2 milhões de contos nas restantes intervenções operacionais sectoriais).

## CONVITE AO DESBLOQUEIO ?

*“ Quanto mais alto me reporto, mais eminentemente me certifico ”*

**O** Conselho de Administração da agência independente da União Europeia, sediada na Áustria, designada de Observatório Europeu dos fenómenos racistas e xenófobos (EUMC), reuniu em Viena nos dias 3 e 4 de Fevereiro e divulgou uma declaração a propósito da coligação entre os partidos austríacos, o ÖVP, Conservadores, e o FPÖ, Partido Liberal. O presidente da Comissão Europeia, igualmente primeiro-ministro de Portugal, em nome dos Estados-membros, expressou os valores fundadores da União, da democracia e do respeito pelos Direitos do Homem, consagrados na Carta assinada por mais de 80 partidos políticos de todos os países membros e em reacção negativa a esta coligação, para uma Sociedade de Tolerância, não racista.

Apesar do aviso à navegação ao actual Governo austríaco, permanece uma questão: será a Áustria declaradamente xenófoba ao ponto de ser politicamente sancionada?

Segundo dados retirados da página oficial da Áustria na Internet, apenas 10 por cento da população e 18 por cento de Viena, tem dificuldade em aceitar os imigrantes que adquiriram a nacionalidade austríaca, alguns deles vindos da Jugoslávia e da Turquia. Comparando com outros países da UE, a Áustria recebeu um número invulgar de imigrantes, sendo que em 1999 acolheu 60

mil bósnios e oito mil kosovares. O acordo de Schengen, de 1985, o qual entrou em vigor na Áustria, com supressão de fronteiras terrestres, em Abril de 1998, ainda não consegue rastrear ou controlar na totalidade a imigração que se converte aos grupos de crime organizado, nomeadamente ao tráfico de droga. O problema não é localizado. Preocupa todos os Estados da União. Por isso, logicamente, o discurso de características xenófobas encontra audiências, particularmente quando se aproxima uma crise social, num tempo de afirmação do euro. Não devemos também esquecer que a queda da «cortina de ferro» e a abertura da fronteira austro-húngara foi um dos sinais de imigração em massa mais significativo, particularmente em relação ao asilo político, que descambou na apressada «anexação» da RDA pela RFA. Poderemos ainda ter em conta algumas convergências e divergências entre parceiros euro-atlânticos, num tempo de afirmação de uma política agressiva de implantação estratégica da NATO, num novo território de Segurança e Estabilidade a tomar forma com a adesão de mais Estados à União Europeia.

Mas também devemos notar, por exemplo, que a Direita francesa, consciente da sua

posição na Europa, deu sempre sinais de distanciamento de Le Pen.

### O pé na Porta

A maior parte dos gestos políticos não se conseguem decifrar logo de imediato. Há, por norma, sempre razões insondáveis que resultam de intrincados compromissos, cumplicidades e ambições a justificar táticas e estratégias.

Na oportunidade, em plena polémica «Haider», frente a uma onda crítica quanto à presença da extrema-direita no Governo austríaco, em aparente e sistemático rompimento face à linha política oficial das relações externas do País, João Soares, presidente da Câmara Municipal de Lisboa e dirigente socialista, decidiu convidar o burgomestre da capital austríaca, Michael Häupl, membro do SPÖ, Partido Social-Democrata, a visitar Lisboa, no dia seguinte a este presidir à cerimónia de abertura de «SHALOM - PEACE», III Simpósio Internacional Theodor-Herzl, a 13 de Março, sob o tema «2000: A Situação Austríaca».

À primeira vista, tendo em conta a notícia de um semanário, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa terá agido sobretudo em

contraponto ao cancelamento da visita oficial à Áustria do Presidente da República, dando a entender que a separação de águas, entre um e outro, ainda vigora. Mas, de facto, vistas as coisas noutra perspectiva, João Soares, uma vez mais dando expressão ao seu modo de fazer política, mete o pé na porta, mantém-se firme no seu papel do sustentador de pontes, no universo complexo das relações internacionais, muitas delas evidentemente paralelas aos circuitos diplomáticos, usando as prerrogativas oficiais que a edilidade capital lhe confere. Aconteceu assim com a ida apressada à Bósnia, antes do próprio ministro da Defesa, António Vitorino, sucedeu com a visita ao presidente da Câmara de Belgrado, em pleno conflito na Sérvia, seguiu-se também a visita a Xanana Gusmão e conversa com Ali Alatas, na Indonésia, fê-lo também ao organizar uma recepção, nos Paços do Concelho, ao Presidente da China, sendo o único, com oficialidade, a referir a questão dos Direitos Humanos.

Tudo indica que o presidente da Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a transmitir pistas quanto ao cargo oficial e de Estado que gostaria de ocupar. Resta apenas que o País entenda qual a linha de rumo, qual a Ideia de Política Externa, Cooperação e Negócios Estrangeiros, um pormenor, realmente, para além de criar mais dificuldades a Jaime Gama do que as engendradas a Durão Barroso enquanto este foi ministro dos Negócios Estrangeiros do tempo do PPD/PSD.

wien:online

## MINISTÉRIO VIABILIZA FANTASPORTO EM 2001

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, anunciou um reforço do financiamento do seu ministério ao Fantasporto, por forma a «projectar internacionalmente» este festival de cinema em 2001.

Carrilho, que falava, sexta-feira, dia 25 de Fevereiro, no Porto, durante a sessão de abertura oficial do XX Fantasporto, manifestou-se «certo que a sociedade Porto 2001 se associará a este esforço» de internacionalização do festival no ano em que a cidade será Capital Europeia da Cultura.

O governante salientou que o reforço do apoio do Ministério da Cultura (MC) ao Festival Internacional de Cinema do Porto é uma forma de o Executivo socialista se associar aos seus 20 anos e, simultaneamente, uma questão de «justiça», «pelo lugar que o Fantasporto conquistou no panorama nacional».

«O Fantasporto foi sempre para mim uma das inspirações do que podia e devia ser feito no Porto para afirmar e projectar a cultura portuense e a cultura nacional e para a enraizar nacional e internacionalmente», afirmou.

«É um dos momentos de inspiração que não pode nem deve ser esquecido quando justamente hoje estamos a procurar levar mais longe o Porto, os seus valores, os seus criadores e as suas actividades culturais», frisou.



Questionado à saída da cerimónia, o ministro escusou-se a revelar o montante do reforço do MC e garantiu que o financiamento «há-de vir» também do orçamento da Porto 2001, SA.

O director do Fantasporto, Mário Dorminsky, proibiu recentemente a Porto 2001 de incluir o festival na sua programação cultural, caso

não se comprometa a dar contrapartidas. Em declarações recentes à Comunicação Social, Dorminsky referiu que a organização do festival pretende apenas que a Porto 2001 financie uma campanha de promoção do Fantasporto nas principais revistas internacionais de cinema, orçada em cerca de 17 mil contos (340 mil euros).

A sessão de abertura oficial do XX Fantasporto começou com a entrega de troféus de homenagem a várias pessoas que acompanharam e apoiaram o festival ao longo destes 20 anos, entre os quais os antigos gestor, porteiro e projectista do Auditório Nacional Carlos Alberto, primeira sede do certame.

Realizadores, distribuidores, patrocinadores, responsáveis de instituições colaboradoras, autarcas, a equipa organizadora, o ministro da Cultura e sete participantes que assistiram a todos os festivais foram outros dos homenageados.

No final, Manuel Maria Carrilho referiu que, «ao fim de 20 anos, quem merece esta homenagem é quem teve a capacidade para o imaginar, montar, renovar e afirmar cada vez mais: Mário Dorminsky».

### Carrilho viabiliza ópera no Porto

Entretanto, o Ministério da Cultura vai atribuir 50 mil contos por ano, durante os próximos três anos, ao Coliseu do Porto, que são destinados a financiar a produção de óperas.

O acordo, assinado no dia 25 pelo ministro Manuel Maria Carrilho, envolve, além do Coliseu, o Círculo Portuense de Ópera e a Orquestra Nacional do Porto. Estão previstos dois espectáculos de ópera por ano de reconhecido valor.

## CARRILHO LANÇA PROGRAMA DE APOIO À CULTURA POPULAR

**O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, apresentou no dia 22, em Portimão, um programa destinado a apoiar acções diversificadas na área da cultura popular, nomeadamente dos agentes culturais locais de características amadoras.**

Falando no final de um encontro com grupos de teatro amador do Algarve no Clube Boa Esperança de Portimão, Manuel Maria Carrilho informou que o Programa de Cultura Popular visa estimular o interesse científico por esta área de cultura. O ministro adiantou que o programa pretende ainda potenciar os meios existentes através de parcerias com as autarquias, os agentes culturais locais, as agências de desenvolvimento, as escolas e as universidades.

Para o efeito, o Ministério da Cultura disponibilizou para o Programa de Cultura Popular, a incrementar ainda neste ano em

todas as regiões do País, cerca de 100 mil contos, destinados sobretudo à actividade cultural amadora nos domínios da música, do teatro e da etnografia e a projectos de desenvolvimento de cultura local.

### Projectos de estudo e investigação

Segundo o governante, no âmbito da cultura popular, os apoios são maioritariamente orientados para projectos de estudo e investigação, levantamentos monográficos e etnográficos, salvaguarda do património etnográfico, aquisição de espólio e a museus locais.

No domínio da música, as áreas prioritárias de apoio são nomeadamente a aquisição de instrumentos para filarmónicas e bandas civis, a formação de instrumentistas e regentes e a cedência de repertórios.

A nível do teatro amador, os apoios são dirigidos sobretudo para a aquisição de equipamentos de som e luz, para a disponibilização de textos dramáticos, para a formação e para a criação e produção.

O programa agora anunciado prevê ainda apoios pontuais a equipamentos de espaços culturais, particularmente nas sedes e nos auditórios de estruturas, associações e colectividades de cultura. Segundo Manuel Maria Carrilho, o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) destina ainda uma verba de 500 mil contos que vai permitir o apoio à renovação de equipamentos ligados à cultura popular, contribuindo para o seu desenvolvimento e a sua projecção.

As delegações regionais do Ministério da Cultura são as entidades responsáveis pela condução e gestão do programa, desde o levantamento da situação, a calendarização, a recolha de candidaturas e a análise dos projectos.

No tocante à região algarvia, segundo o ministro, o orçamento da Delegação Regional do Ministério da Cultura para o corrente ano foi reforçado em cerca de 40 por cento, reforço destinado ao apoio à cultura popular, ascendendo a 213 mil contos.

O Programa de Apoio à Cultura Popular

destina neste ano para o Algarve um total de 20 mil contos, dos quais cerca de nove mil contos vão para o teatro amador, oito mil contos para o Clube Boa Esperança de Portimão.

### Oficinas de artesãos

O ministro da Cultura iniciou a deslocação à região algarvia no dia 22 com uma visita às instalações da Fundação Pedro Ruivo e do Coral Ossónoba no Conservatório Regional do Algarve.

Manuel Maria Carrilho prosseguiu depois no dia 23 a visita à região com deslocações a oficinas de artesãos em Loulé, Cachopo (Tavira) e Querença (Loulé), onde vai homologar um protocolo de cooperação entre a Delegação Regional de Cultura do Algarve e a Associação InLoco.

Promover em parceria projectos culturais que contribuam para o desenvolvimento rural integrado do Algarve, especialmente das zonas de interior, é o principal objectivo do acordo de cooperação.

## PARQUE DA CIDADE E CAMINHOS DO ROMÂNTICO NA PRIMAVERA DE 2001

O administrador da Porto 2001, SA Paulo Sarmento e Cunha anunciou que as obras dos projectos da frente marítima do Parque da Cidade e dos «Caminhos do Romântico» só estarão concluídas na Primavera de 2001.

O elemento da Comissão Executiva (CE) da Porto 2001 responsável pelas áreas da renovação urbana e revitalização económica falava numa conferência de Imprensa de apresentação do projecto da Capital Europeia da Cultura.

Paulo Sarmento e Cunha referiu que o projecto de execução da ligação ao mar do Parque da Cidade está em fase de «afinação final».

Esta obra tem um prazo de execução previsto de 12 meses, pelo que deverá estar concluída na Primavera de 2001.

Também com prazo de execução de um ano é o projecto de requalificação dos «Caminhos do Romântico», da autoria da arquitecta Graça Nieto Guimarães, e que, segundo Sarmento e Cunha, foi dividido em dois.

Até ao final de Fevereiro, será lançado um primeiro concurso de empreitadas, que inclui o parque de estacionamento da Casa Tait (150 lugares), pelo que se prevê a conclusão de 80 por cento da obra até à Primavera de 2001.

O projecto «Caminhos do Romântico» está orçado em 1,3 milhões de contos (6,5 milhões de euros), acrescido de 500 mil contos (2,5 milhões de euros) para a requalificação dos jardins do Palácio de Cristal.

### Requalificação

Este projecto baseia-se na reutilização



qualificada dos caminhos na zona de Massarelos utilizados no passado para passeios lúdicos e culturais, mantendo as

suas características mais marcantes, e também na redefinição da utilização dos edifícios da época.

Além da requalificação dos caminhos e edifícios e da construção de um parque de estacionamento, o projecto inclui a recuperação da estrutura verde do Vale de Massarelos e uma passagem pedonal sobre este vale e a Rua D. Pedro V, ligando o pólo universitário à zona do Palácio de Cristal.

Sobre a renovação da «baixa» da cidade, Paulo Sarmento e Cunha disse que «até final de Março, princípio de Abril grande parte do projecto estará a concurso», devendo-se o atraso ao facto de ter sido «muito complicado» reunir todas as reflexões feitas pelos projectistas.

Sobre a Rua da Restauração, referiu que «ainda não está definido qual é o empreiteiro», o que deverá acontecer «dentro de dias», avançando-se de imediato com as obras, que vão durar quatro meses.

Questionado sobre o projecto do Parque das Camélias, Sarmento e Cunha disse que o júri que está a avaliar as 22 propostas, avançando-se depois para o projecto de execução.

«O modelo de concessão daquele espaço vai ser alvo de um estudo entre a Porto 2001, a Câmara do Porto e a DGTT» (Direcção-Geral dos Transportes Terrestres), disse, salientando que este trabalho vai decorrer «a par do projecto de execução» do terminal de autocarros (única obra financiada pela DGTT) e restantes obras.

O objectivo é concessionar o parque de estacionamento (com 500 lugares) previsto para aquele local a uma empresa privada, obtendo desta forma o dinheiro necessário para as restantes obras- vários espaços para cultura, lazer e desporto.

## GOVERNO PORTUGUÊS SOLIDÁRIO DISPONIBILIZA APOIO

O Governo português manifestou solidariedade ao Executivo moçambicano, disponibilizando todo o seu apoio, quer ao nível nacional, quer enquanto presidência da União Europeia (UE), numa missiva enviada terça-feira, dia 29, pelo chefe da diplomacia portuguesa, Jaime Gama.

Neste sentido, o Governo português fretou um avião para envio, ontem, de 40 toneladas de ajuda de emergência para Moçambique.

Na missiva dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano, Jaime Gama manifesta em seu nome e do Executivo de Portugal «toda a solidariedade perante a dramática situação resultante

das intempéries que assolaram Moçambique».

Para além de garantir que «continuaremos a acompanhar de perto a evolução da situação em Moçambique», o ministro português disponibiliza ao chefe da diplomacia moçambicana Leonardo Simão «o nosso apoio quer ao nível nacional, quer enquanto Presidência da União Europeia». Segundo a carta, o comissário para o Desenvolvimento e Ajuda Alimentar, Poul Nielson, acompanhará ontem o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação português, Luís Amado, numa visita a Moçambique que terá por objectivo «avaliar, em articulação com o Governo moçambicano, as necessidades

existentes».

Por outro lado, o chefe da diplomacia portuguesa também escreveu ao presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, pedindo que o organismo da União Europeia (UE) acompanhe de perto a evolução da situação em Moçambique e que os mecanismos de assistência humanitária de emergência possam ser desencadeados com a maior celeridade possível.

Entretanto, a organização humanitária portuguesa, Assistência Médica Internacional (AMI) aproveitou o avião fretado pelo Governo português para enviar cinco toneladas de ajuda humanitária para Moçambique, segundo

é anunciado num comunicado da organização recentemente divulgado.

As cinco toneladas de ajuda humanitária para apoio às vítimas da catástrofe natural moçambicana incluem quatro toneladas de arroz, uma tonelada de água e nove mil pares de luvas esterilizadas, de primeira necessidade em caso de epidemia de cólera.

Também ontem começou o carregamento de um contentor com mais 35 toneladas de ajuda humanitária que a AMI vai enviar por via marítima para Moçambique. Neste carregamento seguem alimentos, nomeadamente massas, arroz, conservas, açúcar e sal, assim como 15 toneladas de vestuário novo.

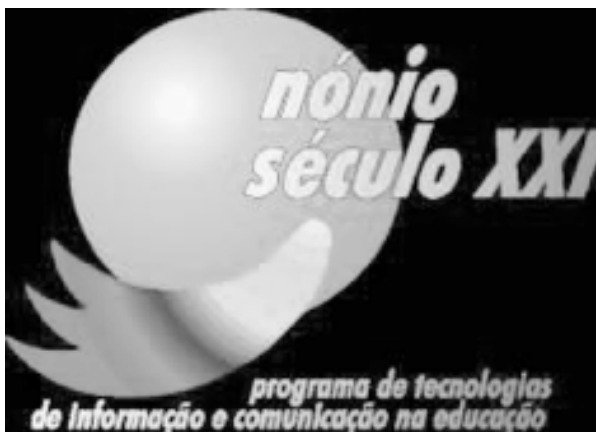
## PROGRAMA NÓNIO ATRIBUI PRÉMIOS A APLICAÇÕES EDUCACIONAIS

**A** secretária de Estado da Educação Ana Benavente, defendeu, na passada segunda-feira, dia 28, em Lisboa, que a generalização das tecnologias de informação e comunicação obriga a repensar o papel da escola. Ana Benavente falava na entrega dos prémios do Concurso Nacional de *Software* Educacional.

«De um espaço de saberes, a escola tem de evoluir para um espaço onde se transmitem competências, uma ferramenta que não se esquece nas férias», afirmou. Entre as competências que a escola deveria obrigatoriamente ministrar aos alunos está, segundo a governante, a melhor forma de utilizar as tecnologias de informação e comunicação, não só como forma de acesso à informação e conhecimento mas também como suporte escolar, «a par com o papel e lápis».

Aliás, uma das medidas previstas na reforma do ensino básico e secundário, a concretizar em 2001, e já em experiência em 93 escolas portuguesas, é a integração no plano curricular de um espaço de duas horas semanais de estudo acompanhado, cujo objectivo é ensinar os alunos a estudar, campo em que as novas tecnologias assumem um papel transversal.

O Ministério da Educação, através do Programa «Nónio-Século XXI», premiou



dois *cd-roms* com objectivos educacionais, num concurso que tem como objectivo incentivar a criação de aplicações para as disciplinas do ensino básico e secundário, contando já com uma centena de títulos premiados.

Na sua nona edição, o Concurso Nacional de *Software* Educacional distinguiu o *cd-*

*rom* «Lírica Camoniana», desenvolvido pelo Centro de Investigação para as Tecnologias Interactivas (CITI), da Universidade Nova de Lisboa, e «O Meu Baú de Brinquedos», da autoria de Carla Faria.

«Lírica Camoniana», que recebeu a classificação de «Muito Bom» e um prémio no valor de 2 500 contos, destina-se aos

jovens no final do ensino secundário ou início do ensino superior.

Além de integrar toda a lírica de Luís Vaz de Camões, o *cd-rom* analisa 86 conceitos relacionados com o assunto, «numa associação de ideias em tudo semelhante à rede neuronal», segundo Carlos Correia, responsável do CITI.

A aplicação multimédia integra também aspectos lúdicos, proporcionando aos utilizadores a oportunidade de musicar alguns poemas de Camões e até de realizar uma sessão de *Karaoke*, com o objectivo pedagógico de estimular a declamação de poesia.

«O Meu Baú dos Brinquedos», que recebeu a classificação de «Bom» e um prémio de mil contos, foi desenvolvido por um casal que se iniciou na produção de *software* educacional para responder às necessidades especiais de um dos seus filhos.

Este *cd-rom* destina-se a crianças em idade pré-escolar ou do ensino básico e consiste num conjunto de jogos que pretendem desenvolver a capacidade de raciocínio, associação e desenvolvimento da memória.

Segundo Ida Brandão, do Programa «Nónio-Século XXI», foram investidos, entre 1995 e 1997, mais de 200 mil contos na produção e edição de conteúdos electrónicos.

## UM DESAFIO À SOCIEDADE

**P**romover a acessibilidade, massificar o uso da Internet, generalizar as cidades digitais, formar e promover a investigação são medidas-chave do programa «Portugal Digital», apresentado na passada sexta-feira, dia 25 de Fevereiro, em Aveiro, pelo ministro da Ciência e Tecnologia.

Na ocasião, Mariano Gago descreveu o programa como «uma aposta decisiva para desenvolver a sociedade de informação no nosso país».

«Portugal Digital ou vence ou perde e não haverá desculpas para a sociedade portuguesa», concluiu o governante, considerando-o o principal eixo estratégico do programa para a Sociedade da Informação, que terá uma dotação de 160 milhões de contos.

O ministro salientou que o uso da Net e dos computadores é também «um factor decisivo no combate à exclusão social e na criação das próprias condições de desenvolvimento da Sociedade da Informação».

O titular da pasta da Ciência e Tecnologia reconheceu existirem obstáculos, como os



custos do equipamento e das comunicações para as famílias e a falta de conteúdos e serviços que motivem o uso pela generalidade da população.

Assim, defendeu como prioridades de intervenção do Governo PS o estímulo à oferta de produtos adaptados ao mercado familiar, significativa redução nos custos de uso da Internet, apoio à criação de e-mail

gratuitos e criação de espaços públicos de acesso a rede nas juntas de freguesia, nas escolas primárias, associações e bibliotecas públicas.

O ministro da Ciência e Tecnologia, que assistiu ao balanço de alguns dos projectos do programa «Aveiro – Cidade Digital», assinou com a Associação Nacional de Municípios Portugueses

(ANMP) um protocolo, pelo qual as escolas do primeiro ciclo do ensino básico vão ser equipadas com linhas REDIS e dotadas de espaço para alojar páginas e e-mail próprios, além de computadores, que serão financiados em 75 por cento pelo Ministério.

Mário Almeida, presidente da ANMP, referiu tratar-se de «um acordo fundamental, porque é nas escolas primárias que começa a formação».

O presidente da ANMP congratulou-se também pelo facto de o poder central participar num equipamento destinado às escolas básicas, que são de competência municipal.

O presidente da Câmara de Aveiro, Alberto Souto de Miranda, salientou que «Aveiro teve o privilégio e assumiu o risco de ser pioneira como cidade digital e dois anos decorridos verifica-se que houve uma adesão fantástica, com candidaturas que trouxeram a Aveiro vantagens estratégicas».

«Estamos a começar a sentir a utilidade no dia-a-dia com alguns projectos», observou o autarca.



## Aveiro

### Recuperação do Teatro Aveirense

A Câmara Municipal de Aveiro e o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, assinaram um contrato-programa para a recuperação do Teatro Aveirense.

A assinatura do acordo foi antecedida pela apresentação de vários projectos, o que levou o ministro a dizer que «é o começo de uma era nova nos equipamentos culturais de Aveiro».



O membro do Governo disse que os projectos são o resultado da determinação com que foram assumidos em parceria e da estratégia seguida desde 1995, no que respeita ao património, ao apoio à criação e aos equipamentos.

«Os resultados dessa política estão no terreno e são uma exigência do desenvolvimento equilibrado», comentou, destacando que algumas das intervenções se tornaram possíveis porque o III Quadro Comunitário de Apoio comporta um programa operacional para a área da Cultura.

A recuperação do Teatro Aveirense tem projecto de João Carreira e cria zonas administrativas e de ensaios por cima do salão nobre, com mais dois pisos recuados em relação às fachadas, além de novo equipamento na caixa do palco. A obra, que implica a consolidação do edifício, que está assente em lodos, será candidatada ao III Quadro Comunitário de Apoio, que deverá financiá-la em 75 por cento sendo o restante pago pela Câmara e pelo Ministério da Cultura, com um limite de cerca de 106 mil contos (530 mil euros).

O presidente da Câmara, Alberto Souto de Miranda, classificou o contrato-programa como um passo decisivo para Aveiro ter uma sala de espectáculos condigna.

Outro projecto apresentado foi o da antiga casa da família Almeida d'Éça, que vai ser transformada em Centro Cultural, no âmbito do plano de salvaguarda do centro histórico de Esgueira.

A recuperação do imóvel prevê espaços para uma extensão da biblioteca municipal, oficinas de olaria e loja digital. O Arquivo Distrital de Aveiro está a funcionar em espaço cedido pela Câmara, sem condições para acolher

incorporações de carácter obrigatório e outros documentos de valor histórico.

Para as futuras instalações foi cedido um terreno com 5000 m<sup>2</sup> em Aradas, na Quinta do Forte, prevendo-se que o novo edifício custe 550 mil contos (2,75 milhões de euros), incluindo a recuperação da casa de Alberto Souto, presidente da autarquia na década de 50.

Do projecto destaca-se uma sala de leitura com capacidade para 20 pessoas, sala de microfílm, sala de referência e sala de índices, com apoio de uma zona polivalente dotada de cafetaria.

Prevista está também uma área de tratamento da documentação e depósitos que, no conjunto dos três pisos, terão capacidade para 10 mil metros lineares de documentação.

## Cascais

### Autarquia alerta comerciantes

A Câmara Municipal de Cascais, num comunicado, alerta os proprietários de estabelecimentos comerciais, de restauração e de bebidas para a existência de pessoas que fazendo-se passar por funcionários da edilidade e utilizando de forma abusiva o nome desta autarquia exigem o pagamento de avultadas verbas para que o processo de legalização seja realizado.

Foram já detectados vários casos e a PSP de Cascais está a acompanhar o assunto.



### Apoio a associações de bombeiros

A Câmara Municipal de Cascais vai entregar às cinco associações de bombeiros existentes no concelho um conjunto de apoios no valor total de 69 mil contos, destinados ao funcionamento dos seus corpos de bombeiros.

## Fafe

### Comissão de vistorias a estabelecimentos

A Câmara de Fafe vai constituir uma comissão de vistorias a estabelecimentos comerciais ou armazenagem de produtos alimentares e de outros estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares

e de prestação de serviços, cujo funcionamento envolve riscos para a saúde e segurança das pessoas.



## Montemor-o-Velho

### Mercado reconvertido em galeria de exposições

O município de Montemor-o-Velho lançou a concurso a obra de reconversão do antigo mercado municipal em galeria de exposições.

Com a futura construção das novas instalações do mercado municipal de Montemor-o-Velho – cuja adjudicação já foi feita –, este projecto considera a reconversão de um edifício situado em pleno centro histórico e com uma centralidade, em termos de sociabilidade da vila sede de concelho, muito importante.

A reconversão em galeria de exposições é uma iniciativa no âmbito de uma política de valorização, reabilitação e dinamização do espaço público e de outros equipamentos existentes no centro histórico.

## Povoação

### Espaços de lazer e novas pavimentações

Num comunicado, a Câmara da Povoação informa que Junho de 2001 é a data limite para a entrega de todos os relatórios finais, relativos aos projectos executados com financiamentos comunitários no âmbito do PEDRAA II.

Decorrendo um prazo superior a um ano, a Câmara da Povoação atingiu já uma execução física global superior a cem por cento e uma execução financeira superior a 95 por cento.

Durante o PEDRAA II, o município já executou mais de 1700 contos de obra, onde se inclui as obras de reconstrução. Para o próximo QCA e uma vez que as infra-estruturas básicas estão praticamente executadas, a Câmara prepara já projectos de candidatura relativos a novas pavimentações, à construção de espaços de lazer e a novos equipamentos com impacto turístico, para além da beneficiação de todos os edifícios escolares do 1º ciclo.

## Santo Tirso

### Sexta-Feira Radical

No âmbito das Jornadas Inter-Escolas organizadas anualmente pela Câmara Municipal de Santo Tirso, realizou-se no passado dia 25 de Fevereiro mais uma Sexta-Feira Radical, uma iniciativa destinada aos alunos das escolas do ensino básico e secundário do concelho de Santo Tirso.



A iniciativa, em que participaram cerca de mil alunos, consistiu de uma caminhada e de actividades radicais.

## Vila Real de S. António

### Câmara cede lotes para autoconstrução

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António acaba de atribuir 25 lotes para autoconstrução de moradias unifamiliares no loteamento municipal na zona poente de Monte Gordo.



Para além da cedência do lote, cada um com cerca de 110 metros quadrados de área de construção, a autarquia fornece os projectos de arquitectura e concede facilidades na restante tramitação burocrática do licenciamento de cada obra. As famílias foram seleccionadas entre várias candidaturas, tendo em conta as carências habitacionais do agregado, em conjunto com a respectiva capacidade de construir a sua habitação.

Com esta medida, a Câmara dá mais um importante passo na diminuição dos défices habitacionais do concelho, que afectam cerca de 400 agregados familiares, ou seja, cerca de 10 por cento da população total do município.

## PS EM MOVIMENTO

### ARRUDA DOS VINHOS

#### Jantar-convívio

O camarada Jorge Coelho, coordenador da Comissão Permanente do PS, esteve presente no passado sábado, dia 26, num jantar-convívio com dezenas de militantes da Secção de Arruda dos Vinhos.

No jantar-convívio, que se realizou no Clube Recreativo e Desportivo Arrudense, participaram também os deputados socialistas eleitos pelo círculo eleitoral de Lisboa.

Foi mais uma grande jornada de confraternização em torno dos valores da igualdade, liberdade e fraternidade.



### ÉVORA

#### PS elogia Carrilho

A Distrital de Évora do PS, num comunicado, congratulou-se com o «importante investimento» em equipamentos culturais anunciado pelo ministro da Cultura para o concelho, nomeadamente um novo edifício para a biblioteca pública e uma biblioteca municipal.

Os socialistas consideram, no comunicado, que o conjunto de medidas «vem ao encontro da resolução de problemas sentidos pela população e forças vivas da cidade» e tem em vista «reforçar o posicionamento de Évora como cidade de referência patrimonial e de cultura».

Numa reunião realizada em Évora com o presidente do município, Abílio Fernandes, e em que participaram vereadores de todas as forças políticas representadas no executivo, Manuel Maria Carrilho propôs a construção de um novo edifício para a Biblioteca Pública de Évora (BPE) e a criação de uma Biblioteca Municipal.

O governante garantiu que o seu Ministério «assumirá, por inteiro, a construção do novo edifício para a BPE e em parceria com a autarquia a construção da Biblioteca Municipal». O avanço do novo arquivo distrital de Évora e a ampliação do museu para o espaço actualmente ocupado pela BPE, foram outras das propostas feitas pelo ministro da Cultura.



#### A Câmara que assuma as responsabilidades

A reunião, em que foram anunciadas as propostas, surgiu após um pedido de audiência feito pelo município para analisar os «graves» problemas de funcionamento da BPE, nomeadamente as insuficiências de espaço e a necessidade da sua modernização.

Na sequência das medidas anunciadas pelo ministro, os socialistas dizem esperar que a Câmara «assuma, também ela, as suas responsabilidades no que diz respeito à disponibilização dos necessários terrenos e à comparticipação na construção da Biblioteca Municipal».

### FARO

#### Vairinhos escreve à AMAL

O eurodeputado socialista Joaquim Vairinhos desafiou os autarcas algarvios a, através dos seus orçamentos, afectarem verbas para a construção de dez escolas do ensino básico em Timor-Leste.

Numa carta aberta à Associação dos Municípios do Algarve (AMAL), o antigo presidente da Câmara Municipal de Loulé considera que «apoiar Timor através da construção de infra-estruturas escolares é uma decisão justa e de uma grande nobreza, altruísmo e visão».

«O Algarve pode dar ao país e ao mundo uma lição de solidariedade com efeitos muito positivos», sublinha.

No documento, o deputado europeu recorda as recentes palavras do Presidente da República em Díli, quando Jorge Sampaio afirmou que «é preciso criar escolas para estas crianças».



#### Algarve solidário com Timor

«A AMAL, no seu todo, pode contribuir de forma exemplar para que, evocando Soeiro Pereira Gomes, os filhos dos homens que nunca foram meninos possam ver assegurada a sua preparação para construir um novo Timor», considera Vairinhos.

E isto porque, na opinião do ex-autarca e actual deputado europeu, «a educação de um povo é fundamental para garantir o seu desenvolvimento e afirmação».

### GUARDA

#### Modernização da linha da Beira Baixa

A presidente da Federação Distrital da Guarda do Partido Socialista defendeu a reabilitação e electrificação da linha férrea da Beira Baixa como elemento estruturante da região Guarda/Covilhã/Castelo Branco.

A camarada Maria do Carmo Borges falava no final da primeira reunião do Secretariado Executivo da Guarda do PS, a que presidiu em substituição do deputado europeu António José Seguro, que recentemente pediu a suspensão de funções do cargo de presidente deste órgão socialista. A também presidente da Câmara Municipal da Guarda com funções suspensas por ser deputada na Assembleia da República, acompanhada pelo deputado Carlos Santos, considerou serem «justas as reivindicações da melhoria da linha férrea entre Covilhã e Guarda».

A dirigente socialista comentou que «esta linha não terá significado para Castelo Branco e Covilhã se não vier para a Guarda onde entronca na linha internacional da Beira Alta».



#### Centro de mercadorias

Por outro lado, defendeu a criação na Guarda de um «grande centro de mercadorias para distribuição nos distritos de Guarda e Castelo Branco».

Sobre uma eventual candidatura à presidência do PS do distrito da Guarda no Congresso marcado para Outubro, Maria do Carmo Borges disse apenas que «logo se verá» sem rejeitar o facto.

A dirigente socialista definiu como objectivo a conquista pelo PS de mais presidências de Câmara no distrito da Guarda, onde em 14 concelhos os socialistas detêm a presidência de cinco municípios.

Maria do Carmo Borges salientou o facto de a Guarda ser um dos distritos que a nível nacional mais sobe em termos de Finanças Locais (12 por cento) e enalteceu a proposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre as dotações do PIDDAC para alteração do Orçamento de Estado que prevê o aumento das dotações para as autarquias.

### OURÉM

#### Logotipo da JS

A Comissão Concelhia da JS abriu um concurso de ideias para a criação de um logotipo a ser utilizado por esta estrutura.

De acordo com o regulamento, o prazo de apresentação dos trabalhos decorre até 10 de Abril de 2000.

O concurso destina-se a todos os jovens do concelho de Ourém e será aceite qualquer material de suporte (papel vegetal, papel, fotografia, acetato, etc.).

Junto ao logotipo deverão estar as seguintes palavras: Juventude Socialista Concelho de Ourém.

Ao melhor trabalho será atribuído um prémio de dez mil escudos em material de desenho à escolha. Mãos à obra e muita inspiração.





QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Imagens em Albufeira**

Até ao dia 15 de Abril vai estar patente ao público, no Museu Municipal de Arqueologia, a mostra «Albufeira: Imagens do Passado». Trata-se de uma exposição que inclui um conjunto de fotografias da autoria de Fausto Napier, sendo representativas da evolução da vila, desde a década de 30 aos anos 60.

A Volta ao Algarve em Ciclismo arranca na próxima quarta-feira, dia 8, prolongando-se até ao dia 12. A prova contra-relógio vai realizar-se no próximo dia 11, em Albufeira.

**Cinema em Coimbra**

«A Festa» (Dinamarca, 1998), de Thomas Vinterberh; «A Casa» (Lituânia, 1997), de Sharunas Bartas; e «Gato Preto, Gato Branco» (Jugoslávia, 1998), de E. Kusturica, são os filmes a exibir, respectivamente, amanhã, domingo e segunda-feira, no TAGV, no âmbito do novo ciclo cinematográfico «Pelos Margens Desta Europa».

«Mulheres...» é o título do recital de piano (Francisco Sasseti) e voz (Catarina Molder – soprano) que decorre, no dia 8, Dia da Mulher, pelas 21 e 45, no Teatro Académico de Gil Vicente.

**Natação em Fafe**

Os campeonatos regionais de natação de juniores e seniores disputam-se, a partir de hoje e até ao dia 5, na Piscina Municipal. Amanhã, a partir das 9 e 30, começa a folia carnavalesca com um desfile de alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico pelas ruas da cidade.

Este domingo, dia 5, não perca a festa de Carnaval de Antime, organizada pela Comissão de Cultura e Desporto com o apoio da Junta de Freguesia.

Os amantes da Sétima Arte poderão, mesmo em tempos de Carnaval, refugiar-se na sala de cinema do o Estúdio Fénix este fim-de-semana e assistir à exibição da comédia protagonizada por Hugh Grant, «Mickey Blue Eyes», numa das duas sessões diárias: 15 e 30 e 21 e 30.

**Cabeçudos em Faro**

A alegria e o colorido próprios da época voltam, amanhã de manhã, à Avenida 5 de Outubro. Trata-se do tradicional Desfile de Carnaval das Crianças, um evento organizado pela autarquia farense e pelas escolas do concelho.

Este ano, para além da sempre encantadora presença dos pequeninos, a festa será animada pela Escola Profissional, pela ARCA e contará com cabeçudos e com um bonito boneco insufável. Haverá também ofertas para as cerca de três mil crianças participantes.

O desfile decorrerá entre as 10 e as 12 horas.

No Museu Arqueológico Municipal Infante D. Henrique abriu recentemente ao público a «sala Islâmica», uma mostra que reflecte a casa islâmica do Sul de Portugal, simulando alguns espaços e artefactos da vida quotidiana, sendo de realçar a interioridade destas habitações em que a mulher ocupa um papel preponderante.

Inserida no itinerário/exposição «Terras da Moura Encantada», a «Sala Islâmica» pode ser visitada todos os dias úteis, entre as 10 horas e as 18 e 30, ou aos sábados, das 10 às 13 horas.

**Dança em Guimarães**

No âmbito do Festival de Inverno, assista, amanhã, no Auditório da Universidade do Minho, à representação da peça «Get off my garden», pelo Diabo a Quatro.

No mesmo palco, um dia depois, dançará a Companhia Diana Thedim, num espectáculo intitulado «Iberos».

**Carnaval ecológico em Lisboa**

Hoje, pelas 19 horas, a Orquestra Metropolitana de Lisboa promove, na Fonoteca Municipal, um recital de harpa, a cargo da solista Stéphanie Manzo, que interpretará obras de Tounir, De La Presle, Hindemith, Glinka, Godefróid e Parish-Alvars.

Organizado pelo Parque Ecológico de Monsanto, realiza-se um Carnaval Ecológico. Hoje há desfile de máscaras no Parque Recreativo da Serafina, a partir das 9 e 30. No dia 7 o desfile repete-se, a partir das 14 e 30.

A partir deste sábado, dia 4, e até à terça-feira, dia 7, o Pequeno Auditório e a Sala de ensaio do centro Cultural de Belém acolherão a plataforma de dança Concurso Coreográfico Internacional de Seine Saint-Denis/Bagnolet (França).

No Teatro A Comuna está em cena, até ao dia 12, a peça de Julio Salviatierra, «A Varanda de Frangipani», uma adaptação do romance com o mesmo nome do escritor moçambicano Mia Couto.

**Teatro em Portalegre**

O Convento de São Francisco será palco, até ao dia 27, da peça «A Pele calejada», de Raimond Guérin, com encenação de Carlos do Rosário e Joaquina Caeiro.

**Baile em Sintra**

O Baile da Rainha realiza-se por tradição na quinta-feira anterior ao dia de Entrudo, pelo que este ano se cumpre hoje, às 22 horas, na Sociedade Filarmónica Os Aliados, em São Pedro de Sintra, contando com a actuação da banda musical Kizz.

O baile é composto por um desfile de figurantes com guarda de honra, representando épocas de séculos passados.

A Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra alberga, até ao dia 22, a exposição retrospectiva de 20 anos de pintura de Edith Forjaz. «Pinceladas de uma vida».

A mostra poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, entre as 9 e 30 e as 12 horas, ou das 14 e 30 às 19 horas, bem como aos sábados e domingos, das 14 e 30 às 19 horas.

**Canções em Vila Real de Santo António**

O popular animador televisivo Jorge Gabriel será uma das principais atracções do Carnaval da cidade, que tem festejos marcados para sábado, dia 4, domingo, dia 5, e terça-feira gorda, dia 7.

A autarquia local está a dinamizar o concurso «Novas Vozes», promovido no âmbito do «Festival das 4 Cidades», a realizar-se em Julho.

O concurso está aberto a jovens cantores de idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos inclusive, que deverão proceder à inscrição até ao próximo dia 10.

Os concorrentes terão de interpretar canções com texto do poeta Joaquim Pessoa, numa selecção que decorrerá este mês e no próximo.

Serão seleccionados sois intérpretes, que depois actuarão no Festival das 4 Cidades», a realizar-se, em simultâneo, em Vila Real de Santo António, Fundão, Marinha Grande e Montemor-o-Novo.

SUGESTÃO

**Travis no Coliseu**

O grupo pop escocês Travis, actual número um na Grã-Bretanha, actua no sábado, dia 11, no Coliseu de Lisboa. O concerto dos Travis, que se repete no dia seguinte (domingo, dia 12) no Coliseu do Porto, integra-se na sexta edição do Festival Super Bock Super Rock.

O festival inicia-se amanhã, no Coliseu do Porto, com os Bush e termina, no dia 15, no Coliseu de Lisboa, com Ben Harper.

Entre outros, o festival tem ainda as participações de Beck e Beth Orton (dia 5, no Coliseu de Lisboa) e Guano Apes (dia 12, no Coliseu de Lisboa e dia 13, no Coliseu do Porto).

Idolatrados pelos Oásis, os Travis ocupam o primeiro lugar do top britânico de álbuns com «The Man Who», que foi o álbum mais vendido na Grã-Bretanha no ano passado com mais de um milhão de cópias vendidas.

Liderados por Francis Healy e oriundos de Glasgow, os Travis estrearam-se discograficamente no dia 10 de Outubro de 1996 com o single «All I Want To Do Is Rock».

O primeiro álbum, «Good Feeling», foi editado no dia 8 de Setembro de 1997 e o segundo, «The Man Who», no dia 24 de Maio de 1999.

**POEMA DA SEMANA**  
*Seleção de Carlos Carranca*

**O poeta morto**

*Barbearam-no e vestiram-no de preto,  
Calçaram-lhe os sapatos de verniz.  
Moscas varejas chupam-lhe o nariz,  
E ele mantém-se pálido e correcto.*

*Cheira a cera no quarto, já repleto  
Do que há de mais distinto no país:  
...Um general, dois lentos, um juiz...  
Com ar triste, imbecil, grave e discreto.*

*Logo, os críticos sérios e carecas  
Folhearão no pó das bibliotecas  
Um livro caluniado enquanto vivo*

*Esse a quem chamam hoje ilustre e augusto  
Porque... porque ele, agora, é inofensivo  
Como qualquer estampa ou qualquer busto!*

**José Régio**  
*In «Biografia»*

**Ballet Gulbenkian**

Direcção artística  
Iracity Cardoso

**GERAÇÕES**

**«Nerved» - Estreia mundial**

8, 9, 10 e 11 de Março, 21 Horas

Grande Auditório  
**Fundação Calouste Gulbenkian**



## PSD, OS INTERESSES NACIONAIS E A POLÍTICA EUROPEIA

O Congresso do PSD exibiu perante a população portuguesa a maior incapacidade em apresentar um programa político, económico e social, fosse ele qual fosse. Marques Mendes tentou ainda dizer algumas banalidades sobre questões de interesse nacional. Apesar de procurar evidenciar algum sentido de Estado, não conseguiu aprofundar nenhuma dessas questões. Sem o apoio do pai Cavaco, sem a inspiração de Marcelo o recente, a profundidade foi pouca, apesar de a óbvia inspiração de estadista tentar emergir. O Congresso não foi muito sensível a essa inspiração. As posições apresentadas por Durão Barroso e todo o seu comportamento ao longo dos dias de Congresso

desqualificam-no como líder do maior partido da oposição e inibem-no de protagonizar uma candidatura séria a qualquer cargo de relevo executivo ou de elevada magistratura representativa, no contexto nacional. Entretanto, queimou Proença de Carvalho como candidato presidencial, depois de ter inutilizado, desmoralizado ou inviabilizado as candidaturas de Cavaco Silva, Freitas do Amaral e Francisco Pinto Balsemão. Santana Lopes é a esperança dos sectores mais populistas do partido. Uma direita dirigida por Santana entraria no eleitorado PP e faria uma oposição eventualmente radicalizada na forma e de conteúdos imprecisos. Ao PSD compete decidir que líder quererá no futuro. Enquanto se perfilam num horizonte próximo Dias

Loureiro, Manuela Ferreira Leite e talvez Miguel Cadilhe. Entretanto o PS prossegue nas suas batalhas políticas, económicas, financeiras e sociais. Na Assembleia e com a activa participação do Governo, discute-se e procura-se aperfeiçoar o Orçamento na especialidade. A Cimeira do Emprego, as diferentes conferências da União Europeia com África e América do Sul terão um papel importante na construção de uma Europa aberta ao mundo. Ao papel seguidista de Cavaco na presidência europeia, preferiu-se um maior protagonismo na condução dos negócios da União Europeia. Assim também se prestigia Portugal. Assim se evidencia o sentido de responsabilidade do Partido Socialista.

«A RTP, mais do que uma empresa, é uma instituição a quem incumbe, no mundo de hoje, um dos mais decisivos serviços públicos que um país como Portugal tem que ter»  
**Manuel Maria Carrilho**  
*Expresso, 26 de Fevereiro*

«O Congresso (PSD) não termina em Viseu: é só um Congresso para o Congresso seguinte»  
**Manuel Alegre**  
*Expresso, 26 de Fevereiro*

«O único que exprimiu uma posição ideológica foi Cavaco Silva, no seu recente artigo, verdadeiro manual do neoliberalismo mais dogmático»  
**Idem, ibidem**

«Tanto Barroso, quanto Santana ou Mendes são soluções transitórias»  
**Baptista-Bastos**  
*Diário Económico, 25 de Fevereiro*

«O discurso essencial dos tecnocratas é economicista, esotérico e inacessível ao comum dos mortais»  
**Alfredo Barroso**  
*Expresso, 26 de Fevereiro*



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa


Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N° 21339/88. ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz